



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 79

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª reunião em 02-01-2013

Aos dois dias do mês de Janeiro de dois mil treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida na qualidade de Primeiro Secretário e a Vogal Elisabete Krithinas de Freitas na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Adélio Correia Marques Silva, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Nuno Manuel Marques Pereira, Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Daniel Filipe Moreira Lopes, Ivar Jorge Alves Corceiro, Rui Manuel Bartolomeu Maio, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Verificou-se nesta reunião a ausências dos seguintes membros.

Rui Miguel Macela Leal Vaz, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, e Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:00 horas), Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Helena Maria de Oliveira Dias Libório e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Jorge Carvalho Arroiteia, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, João Pedro Rodrigues Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Rui Miguel Bartolomeu Maio e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, Antero Marques dos Santos, e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião, por Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Adélio Correia Marques Silva, e Daniel Filipe Moreira Lopes, respetivamente.

Os sucedâneos, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Suspensão de Mandato: O Presidente da Mesa colocou à apreciação do plenário, o pedido de novo período de suspensão do mandato,⁰⁰⁴ nos termos do artigo 77.º, da Lei 169/99, na redação introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, do Vogal **Rafael Alexandre Lopes Nevado**, no período compreendido entre 02 de Janeiro a 03 de Junho de 2013 (cinco meses), sendo substituído já nesta reunião pelo sucedâneo da lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques. Não se verificaram objeções.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa⁰⁰⁵

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁰⁶

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário⁰⁰⁷ um Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado municipal *Mário Manuel Borges Pereira Pinto*, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, usou da palavra o Vogal Filipe Guerra, do PCP, para fazer uma interpelação à Mesa.

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁰⁸

“Senhor Presidente, uma questão prévia que gostava de colocar à Mesa antes do início dos trabalhos. É com uma sensação desagradável que proponho o adiamento desta sessão, em virtude do facto de nos últimos dias não estar acessível no site da Assembleia os documentos relativos a esta reunião de hoje. Portanto, o Orçamento e todos os outros documentos associados.

Na realidade, não direi mais, mas de facto há vários dias que não é possível qualquer deputado municipal aceder aos documentos pelos mesmos não se encontrarem lá. Estão presentes na sala várias pessoas que podem confirmar isto, e portanto parece-nos de facto impossível a continuação desta reunião.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁹

“Senhor deputado, temos informação dos Serviços que desde o início da reunião temos ligação e os documentos podem ser consultados.

Houve de facto uma baixa do servidor durante o fim-de-semana, acabo de ser informado disso, mas de quaisquer dos modos toda a documentação existe e foi colocada em tempo útil. Mas podia ter pedido apoio aqui no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, e dirigir-se aos nossos serviços que lhe teriam sido entregues em mão um exemplar de toda a documentação.

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹⁰

“Na realidade, em virtude de no dia de ontem ter sido feriado, não foi possível resolver essa situação no dia feriado. De qualquer forma tive o cuidado de vir ao Gabinete de Apoio hoje ao início da tarde e de facto os funcionários do Gabinete de Apoio facultaram-me via eletrónica todos os documentos desta reunião. De qualquer forma, tendo eu percebido já o alcance das suas palavras apenas gostaria de dizer o seguinte: o PCP não irá participar ativamente nesta discussão porque objectivamente não está em condições para tal. O PCP não faz parte do executivo camarário portanto não tem acesso a uma série de documentos.

De forma que, devido à turbulência típica deste período do ano, não pudemos vir cá ontem e ter tempo, quanto mais não fosse 24 horas, para ler um documento tão importante e tão extenso. Não tivemos essa oportunidade, mas enfim, registamos esta situação.

E não deixamos de dizer o seguinte, para terminar. Normalmente, e se fosse possível fazer um balanço da informação cedida, em geral de facto este sistema tem funcionado. Normalmente temos tido acesso à documentação a tempo e horas. No entanto, não deixamos de assinalar que de facto, um documento desta importância não pode ficar vários dias off-line. Da mesma forma que nos últimos meses, já em várias reuniões tem havido problemas com a entrega de documentos deste índole — e de facto cumpre rapidamente resolver este problema porque depois é nisto que dá.”

Presidente da Mesa⁰¹¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹²

Presidente da Mesa⁰¹³

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu)

Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro⁰¹⁴ e Serviços Municipalizados de Aveiro para 2013, Mapa do Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, e autorização genérica para a realização de Compromissos Plurianuais ao abrigo da Lei 8/2012 - aprovação;

- a) Câmara Municipal de Aveiro e mapa do pessoal;
- b) Serviços Municipalizados de Aveiro;
- c) Autorização genérica para a realização de Compromissos Plurianuais ao abrigo da Lei 8/2012 – aprovação.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião Extraordinária de 12/12/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo municipal para a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este é o 7.º Orçamento que a coligação, sobre a sua total responsabilidade apresenta à consideração da Assembleia. No fundo, propomos aqui o caminho a ser trilhado no ano de 2013. Duas ou três reflexões. A primeira tem a ver com a legalidade deste documento e de todos os documentos desta natureza que aqui ao longo dos anos foram apresentados.

Como sabem e são testemunhas, temos sido sistematicamente atacados durante estes sete anos e ainda continuamos a ser, por apresentarmos Orçamentos empolados e irreais!? Começámos como se recordam a apresentação de todos esses Orçamentos, dizendo exactamente isto, que eram documentos que a Lei nos obrigava a apresentar.

Nunca escondemos, nem nunca fugimos a esse irrealismo, sempre o afirmámos, sempre o enfrentámos e sempre o dissemos aqui. E chegámos mesmo a questionar se concordamos com isto? E a resposta foi “não. Claro que não concordamos”. Não só pelo irrealismo do valor como pelo facto de distorcer aquela que é a realidade e aquela que é a verdade do nosso município. E esclarecemos mais, se somos legalmente obrigados a optar entre o irreal e entre o ilegal e a escolha parece óbvia, fizemos aquilo que qualquer um faria, optámos pelo legal.

Sete anos volvidos de permanentes críticas de que fomos alvo, estamos hoje a apresentar aqui mais um Orçamento, que será o último Orçamento deste mandato, mas desta vez com uma dupla força e uma dupla razão.

Primeiro pela razão que nos foi dada pela DGAL, no parecer que foi homologado pelo Senhor Secretário de Estado de Estado, distribuído na última Assembleia, mas que se refere à Assembleia de hoje, no qual e perante as questões concretas e objectivas que lhe colocámos, resulta claríssimo que temos e passo a citar: “a obrigação de transitar para o Orçamento do ano seguinte, todos os compromissos que ainda não foram pagos”, citei.

Mesmo em relação às inúmeras propostas que aqui foram apresentadas, por exemplo a de termos dois Orçamentos, a resposta é claríssima, não é possível legalmente. Deste documento que é vinculativo, é possível concluir com toda a clareza que o que foi feito por nós durante sete anos, apesar de todas as críticas, veio a verificar-se que foi bem feito. Que foi feito correctamente e que foi feito no respeito integral pela Lei.

O que quer dizer que se tivéssemos dado ouvidos nestes sete anos ao que uma parte da oposição nos disse, se tivéssemos feito como uma parte da oposição nos exigia que fizéssemos, tínhamos feito mal. Tínhamos lavrado em erros gravíssimos e tínhamos cometido ilegalidades. Também aqui a verdade “é como o azeite” pode demorar sete anos mas acaba por vir ao de cima.

Segundo. Estamos também aqui com a razão, que a frieza gélida nos números evidencia. Na Assembleia Municipal de Dezembro de 2009, dois meses a seguir às eleições, está na acta o seguinte, dito por nós “se acontecer no segundo mandato, o que aconteceu no primeiro, esperemos que em 2014, finalmente, o Orçamento possa ter só dois dígitos — o que seria interessante e bom para o município.

Nesta linha de compromisso, na apresentação das GOP para o ano de 2012, portanto há um ano, afirmámos aqui e também está escrito, tal como afirmámos há dois anos, que confirmámos no ano passado e que reafirmamos hoje, continuamos a acreditar que podemos chegar às GOP e ao Orçamento para 2014 apenas com dois dígitos — o que concederá a estes documentos uma maior verdade e rigor e facilitará grandemente a gestão municipal.

Vejam agora e penso que é do vosso conhecimento, a evolução que se verificou entre o primeiro Orçamento que apresentámos sobre a nossa total responsabilidade. O Orçamento para 2007, com um valor que se aproximou dos duzentos milhões de euros, mais precisamente cento e noventa e um milhões para os anos subsequentes. No ano seguinte cento e oitenta, depois cento e setenta e dois e depois cento e trinta, cento e vinte e sete, cento e doze e, agora, para 2013, propomos a Assembleia a aprovação de um Orçamento de setenta e três milhões.

O que é que isso significa? Que de 2007 para 2013, já conseguimos reduzir e limpar cento e dezoito milhões de euros, mais de 60% de compromissos e dívidas, o que evidencia que estamos no bom caminho. É francamente excelente, direi mesmo numa terminologia mais conhecida é espectacular.

A segunda nota tem a ver com a delicada, e com a difícil realidade com que as autarquias se confrontam, fruto das conhecidas circunstâncias nacionais e internacionais e das medidas que têm sido tomadas em claro prejuízo das autarquias. Cortes que o Governo entendeu fazer nas transferências, quebras nas receitas nomeadamente no IMT e nas taxas, especialmente nas taxas de obras particulares, licenciamento de obras, loteamentos, são quebras como sabem de milhões que dificultam naturalmente e muito a gestão diária.

Terceira nota, prende-se com o ainda avultado serviço da dívida.

Embora se verifiquem evoluções positivas, o certo é que ainda nos continua a sugar demasiado dinheiro. Para 2013 só em juros da dívida está previsto um gasto de dois milhões e cem mil e o valor das amortizações da dívida ascende a cerca de catorze milhões de euros.

No total em 2013, vamos gastar só no serviço da dívida mais dezasseis milhões de euros.

Isto é, dezasseis milhões já estão gastos sem termos feito rigorosamente nada. E se dezasseis milhões não fossem para a banca e fossem utilizados em obras, em projectos co-financiados, daria para fazer cerca de cem milhões de investimentos em obras.

Quarta nota muito sumária, para o apoio social. Com a criação e a cativação de uma verba específica para intervir e atuar nesta área, em articulação com as Juntas de Freguesia e as IPSSs, para a Educação, depois dos dois primeiros Centros Educativos, concluídos e em funcionamento: o de São Bernardo e Verdemilho, esperamos concluir este ano mais três: a Glória, Santiago e a Vera Cruz — e preparar o processo de arranque para outros centros educativos.

Uma nota também para o Parque da Sustentabilidade com previsão de conclusão de muitas das obras que estão em curso e também para as obras municipais, com enfoque para o reforço nas áreas das pavimentações, que exige uma pavimentação mais dedicada e mais esforçada.

Uma nota final para o Orçamento Participativo. Este é o ano inaugural, é o ano do arranque na prática e também por isso merece e exige esta referência.

Duas notas finais. Dois aspectos que se inferem nestes documentos. O primeiro a fidelidade aos compromissos que assumimos com os aveirenses e o esforço de credibilização do município que se prossegue.

E por último, e que tem constituído uma pedra de toque no nosso mandato, que é o respeito pelos nossos cidadãos.

Nestas GOP e neste Orçamento, quem tem que continuar a fazer sacrifícios somos nós os políticos, o município — e não os cidadãos. Por isso neste Orçamento não há aumentos de IMI, nem de Derrama, nem de IRS — na linha daquilo que tem acontecido nos últimos anos.

Uma última nota para o Dr. Pedro Ferreira que coordenou toda esta vasta equipa e este trabalho. Para os Senhores Vereadores, muito especialmente ao Eng.º Carlos Santos, ao Senhor Vice-presidente, à Dr.ª Maria da Luz e à Dr.ª Teresa Christo, aos serviços e a todos os técnicos e funcionários envolvidos neste trabalho exigente que desenvolveram, aos Senhores Presidentes das Junta, por contribuir e pela compreensão que revelaram, que foram inexecutáveis, excelentes e valiosos e a todos quantos colaboraram, a todos o nosso muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira⁰¹⁶

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Boa noite a todos. Eu quero começar por dar os parabéns a este executivo por conseguir, num só texto, incluir mais falácias e exageros do que em qualquer outro que eu já tenha visto na minha vida. Na verdade, acho que nunca tinha lido tanta falácia em tão pouco tempo.

Sabemos que não é por acaso que isto acontece. Acontece porque num concelho como o de Aveiro, que todos os dias está mais pobre, mais descaracterizado e mais injusto, a única saída para este poder político é disfarçar as suas próprias asneiras com este tipo de máscara semântica.

E começa cedo, ao dizer que este orçamento “é, também, solidário com os concidadãos mais vulneráveis à atual situação de crise social”.

Depois, continua dizendo que é “Justo e amigo das pessoas, das famílias e das empresas” — e refere-se ao pacote fiscal para o ano económico de 2013.

Ora bem, o Pacote Fiscal até já foi discutido aqui, e não passa duma manha que tem em vista as eleições do próximo ano. Os aveirenses vão pagar mais impostos, bastantes mais impostos no próximo ano. Aliás, já estão a pagar neste momento mas ainda vão pagar mais, e vocês têm a distinta lata de vir aqui dizer que são muito amigos das pessoas das famílias e das empresas. Bem, de algumas empresas são e de algumas pessoas também. Mas não de todas!

São amigos das empresas a quem perdoam taxas municipais e são amigos das pessoas, algumas da vossa família, a quem deram um tacho na Câmara Municipal durante o mandato presente.

Só que este Orçamento é para todos os aveirenses e, portanto, isto não se aplica. Assim como não se aplica a promessa de que, dizem vocês: “temos de honrar os nossos compromissos,

diminuindo a dívida, mas nunca à custa do sacrifício dos Aveirenses”. Ou eu estou muito enganado, ou foi este Executivo que passou o último ano a criar taxas para tudo e mais alguma coisa. Taxas essas que vão ser pagas pelos aveirenses e pelos turistas que vêm a Aveiro por mais ninguém. Prejudicando precisamente os cidadãos e o sector terciário do concelho.

Portanto, quando dizem que “é necessário aliviar a austeridade, não massacrando os cidadãos, as famílias”, até podem ter razão, só que não é isso que vocês fazem. O que vocês fazem é o oposto. Porque é por vossa responsabilidade que há famílias nos nossos bairros sociais sem água canalizada em casa (porque já não conseguem pagar a fatura da AdRA), é por vossa responsabilidade que há famílias sem dinheiro para os transportes públicos que vocês estão a destruir. Aliás, é cómico que venham dizer este orçamento “tem um sinal inequívoco no apoio que, muito justamente, o Município atribui às corporações locais de Bombeiros”, quando todos sabem que esse sinal inequívoco é traduzido numa taxa paga directamente pelos cidadãos. Não há nenhum sinal. O que há aqui é um roubo aos bolsos dos aveirenses e a criação duma floresta fiscal complexa, para que esses cidadãos nem sequer consigam perceber por onde é que estão a ser roubados.

Aliás, referem-se a três grandes bandeiras deste Orçamento. A Educação, a Ação Social no programa Aveiro Solidário, e a Rede de Estradas.

E depois vamos aos “objectivos” das Grandes Opções do Plano e tem previsto 1,6% para Acção Social. Numa época de crise como esta, é esta a percentagem para Acção Social dum orçamento que se chama a si mesmo solidário? Não me parece que possa ser. A Acção social direta da Câmara tem que ter uma importância bastante maior.

O Programa Aveiro Solidário, aliás, é um bom exemplo de como se fala muito de Acção Social e se faz muito pouco. Verbas previstas: Dez mil euros para as parcerias com as juntas, dez mil euros para as parcerias com as IPSS's.

Depois, dizem ainda que “O maior investimento de regeneração urbana de iniciativa municipal, alguma vez realizado em Aveiro” foi o Parque da Sustentabilidade. Bem... talvez tenham razão no adjetivo maior, porque foi a maior asneira jamais feita no concelho no que diz respeito a intervenção urbana, mas de regeneração urbana não tem nada. Aliás, os projetos são tão maus que alguns dos seus principais objetivos nem se chegaram a concretizar. Mas basta andar uma tarde pelo concelho para chegar à conclusão que vocês nem sequer saber o que é regeneração urbana. Vou levantar a ponta do lençol sobre esta matéria: Regenerar não significa partir tudo e fazer de novo. Aliás, no que diz respeito ao Parque da Sustentabilidade, preocupa-me o agendamento de mais de seiscentos mil euros para aquilo que já se confirmou como a destruição do bairro do Alboi, e mais de setecentos mil para a ponte sobre o Canal Central, aquela que supostamente já não vai ser construída. Mas voltemos ao verbo regenerar. A Reabilitação urbana, não é apenas do espaço público mas também do edificado, ou deve ser. É uma das propostas do Bloco para o que deve ser um Orçamento Municipal, gerando assim riqueza ao mesmo tempo que se defende um direito fundamental: a habitação.

A esta propomos ainda a Criação de um verdadeiro serviço de Acção Social, a adoção de uma política fiscal que combata de forma real o atual assalto fiscal da Troika, a verdadeira defesa da água pública em vez do roubo da AdRA, uma verdadeira política de mobilidade em vez da destruição da Moveaveiro, a negação de parcerias entre o público e o privado com rendas garantidas para os privados, por exemplo o que querem fazer com o estacionamento em Aveiro, e um Orçamento Participativo a sério e não com clubes de sueca, como aconteceu com este. Muito Obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁹

Vogal Romana Fragateiro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

“Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, excelentíssimos Senhores Deputados, queria começar por falar da Delegação de Competências para as Juntas.

1 – Gostaria de saber, porque é que a Delegação de Competências não vem por junta de freguesia, mas sim em conjunto?

2 – É-nos referido na Delegação de Competências, pavimentações/ quatrocentos e cinquenta mil euros.

Como a Freguesia de Esgueira não teve direito a essas pavimentações, gostaria de saber quais foram as freguesias contempladas e qual o critério?

No fim do ano soubemos, por acaso, que duas verbas, a tranche da Capela Mortuária (de 2010) e a limpeza das valetas em Taboeira, foram anuladas por falta de facturas!?

E ficamos admirados. Primeiro porque tínhamos entregado essas facturas três vezes, repito, três vezes (temos comprovativos). Segundo por serem anuladas sem ninguém nos comunicar nada. Acho que há um mínimo. Portanto havia de pelo menos o pedido, se eles achavam que não existia a factura, havia o pedido dessa mesma factura, o que não aconteceu. Entregámos pela quarta vez! Gostava de saber quando é que isso entra em Orçamento?

Depois no Orçamento também vemos uma rubrica que já aqui foi falada pelo Senhor Presidente da Câmara “Aveiro Solidário”, na qual estão incluídas duas parcerias, uma com as Juntas, outra com as IPSS’s. Gostava que me explicassem como devem ser feitas essas parcerias com as Juntas? Muito obrigada.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰²¹

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

“Muito boa-noite a todos. Gostaria de começar por desejar um Bom Ano de 2013, que com certeza será bem mais difícil que o de 2012.

Relativamente à questão do Orçamento e às GOP apresentadas por este executivo e atendendo também a alguns considerandos que foram feitos pelo Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria de começar por dizer o seguinte: o Senhor Presidente entrou com o pé esquerdo no ano! Porque referiu que havia sido solicitado por parte de alguém daqui desta bancada dois Orçamentos. E nunca nem ninguém pediu dois Orçamentos! Nunca ninguém pediu literalmente dois Orçamentos.

O que foi pedido (e isso sim) era um Orçamento, legal obviamente, que comportava algumas questões que tinham que ser incluídas por vicissitudes legais e foi pedido também um ‘Documento de Gestão’ para que os membros da Assembleia Municipal pudessem acompanhar de forma mais realista aquilo que seria a actividade do município.

Portanto nunca ninguém aqui pediu dois documentos ou dois Orçamentos oficiais. Pedimos sim um Orçamento real, um Orçamento legal obviamente e um documento de gestão.

Percebe-se, eventualmente, que esse documento de gestão nunca nos será sido fornecido. Quiçá porque a Câmara eventualmente também nunca se terá orientado por um documento real de gestão, mas sim por um orçamento irreal que contemplava. Como foi admitido por toda a gente aqui, valores acima daquilo que eram os exequíveis por questões legais. Portanto ponto n.º 1, ninguém aqui pediu dois Orçamentos. Pedimos sim, um Orçamento legal, oficial que a Câmara tem que apresentar e pedimos sim um documento de gestão, para que não reste qualquer dúvida sobre este assunto. Primeira nota sobre este Orçamento, de facto é um Orçamento muito mais aproximado da realidade.

De facto é um Orçamento muito mais aproximado da realidade, porque lhe foram retirados um conjunto de valores, mas este exercício, tanto quanto me é dado a entender, é possível porque há uma alteração legal, ou porque há permissão legal, para que o mesmo possa ser assim apresentado. E portanto o que nós temos aqui, é uma alteração de fundo à filosofia de execução do Orçamento, porque é possível legalmente inscrever no Orçamento do ano, os valores que serão executados apenas e só nesse ano, tanto quanto me é dado a entender. E portanto, a grande diferença que aqui está, entre o Orçamento de cento e vinte, cento e quinze, para um Orçamento de setenta, desce em grande medida e isso foi até citado na última Assembleia

Municipal, quando ouvimos o Orçamento Rectificativo, portanto em grande medida porque, segundo o Senhor Vereador Pedro Ferreira trinta milhões desse Orçamento, tinha sido possível trabalhar trinta milhões em termos de recalendarização de pagamentos e portanto esta grande descida não se deve a uma diminuição da dívida ou uma estrondosa diminuição da dívida, mas deve-se sim a um deferimento da dívida no tempo e já lá vamos ver como é que este deferimento foi feito e estamos a falar de um valor de aproximadamente vinte milhões salvo erro. Portanto há aqui uma mudança de filosofia do Orçamento, mas vejamos que este Orçamento comparativamente ao de 2012, retificado tem poucas alterações ou quase nenhuma. Estamos a falar de um Orçamento de setenta e cinco, para setenta e três.

E ainda vamos ter que perceber, porque é que o Orçamento que foi retificado no penúltimo dia do ano de 2012 e enfim, vamos perceber, eu penso que o tempo nos dirá porque é que essa alteração foi feita. Mas se olharmos para os números finais, o Orçamento de 2012 válido é setenta e cinco milhões, o Orçamento de 2013 válido é de setenta e três milhões. E portanto não há uma alteração significativa e volto a referir que a alteração significativa foi com base nesta possibilidade legal, de alterar aqui a filosofia de construção do Orçamento. Saúde-se o facto do Orçamento ser mais realista, é verdade! É verdade. É possível olhar para o Orçamento e perceber efetivamente, agora calendarizando no tempo, os diversos compromissos que o município tem que assumir. Saúdo porque este é um Orçamento muito mais realista.

Mas, volto a repetir aquilo que disse na última Assembleia Municipal, sobre a supressão do valor que não estava sujeito a acordos de pagamento nem uma palavra. E aqui entramos numa esfera política de concessão do Orçamento ou seja, há aspectos, projetos, que estavam inseridos nos Orçamentos anteriores que não estavam empolados, que a Câmara pretendia fazer e que hoje já não pretende! Eu gostaria de saber ou gostaria de ouvir, nomeadamente quais foram os projetos que a Câmara decidiu prescindir? Ou seja, quais foram as prioridades políticas da Câmara relativamente àquilo que era um Orçamento de cento e vinte milhões e agora àquilo que é um Orçamento de setenta e três milhões.

Finalmente nesta primeira intervenção, gostaria de colocar aqui mais duas questões. A primeira é uma questão que tem a ver com a estimativa de receitas e, portanto, eu gostaria de saber se esta estimativa é exequível no ano de 2013? É que olhando para as receitas no ano de 2012, mesmo após a retificação do Orçamento e considerando a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara à data de Novembro, estaríamos ainda um bocadinho afastados daquilo que seriam as receitas estimadas e, portanto, o que eu gostaria de perceber é se as receitas de 2013, com todas as condicionantes de subidas e descidas, gostaria de saber se essas receitas são efetivamente exequíveis?

Finalmente, o Senhor Deputado Paulo Marques disse que estávamos em ano eleitoral. Senhor deputado, ninguém tinha reparado nisso ainda! Ninguém, é que ninguém tinha reparado nisso! Aliás, se olharmos com alguma sistematização para os valores apresentados no Orçamento, reparamos que a Câmara Municipal de Aveiro entende que o fim do mundo não era em 2012 mas em 2014! É que todos os valores, todos estaria a ser injusto, mas a grande percentagem dos valores que estão inscritos no Orçamento de 2013, são todos executados em 2013, não há nada ou quase nada que transite para 2014! Nada. As rubricas, os projetos, a maior parte das questões que lá estão estão praticamente a zeros nos anos posteriores.

Obviamente que estamos a falar do Orçamento de 2013, mas seria bom perceber se efetivamente tudo termina em 2013. Ou então, ao menos gostaríamos de ter a perspectiva daquilo que a Câmara quer fazer em 2014. Podem arranjar as justificações que quiserem. Esta Câmara ou quem aí estiver (é o que eu estou a dizer) esperam que o mundo acabe em 2013? Porque depois daí nada. Zero! Não há projetos, não há nada que se prorrogue depois de 2013. A maior parte dos valores que estão inscritos no Orçamento municipal raramente apontam para os anos subsequentes o que confirma aquilo que o Senhor Deputado Paulo Marques disse, é que estamos em ano eleitoral Senhor Deputado. Obrigado pela chamada de atenção.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²³

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁵

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, digníssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, digníssimos vereadores, antes de mais espero que tenham passado uma quadra feliz, desejando a todos, bem como a todos os Senhores Deputados Municipais, Senhoras Deputadas um óptimo 2013, pelo menos com saúde. Eu gostaria de desdobrar estes documentos em dois, uma análise política e uma análise técnica, porque penso que vale a pena fazê-lo. Do ponto de vista político, de facto há que sublinhar em boa hora, este executivo teve a oportunidade de consagrar nestes documentos uma preocupação e uma recomendação antiga desta Câmara, que de facto se preocupava com o empolamento sistemático dos Orçamentos, dificultando a própria análise e o exercício do controlo Orçamental, nós nunca sabíamos rubrica a rubrica, o que é que lá estava verdadeiramente e o que é que mesmo quando se discute uma revisão orçamental, nunca se sabe efetivamente o que é que é eliminado do ponto de vista supérfluo, o que é que representa efetivamente um corte, fruto de um acto de gestão, portanto nós aí assim teremos sempre essa dificuldade, enquanto não se expurgarem de todo, de facto estas bolhas, diria assim, decorrem de Orçamentos anteriores e que ainda o próprio executivo o reconhece, não se conseguiu eliminar. Estamos melhor, não estamos lá ainda e ainda temos um caminho a percorrer é óbvio. Estamos perante um Orçamento de setenta e três milhões e eu acho que ainda haverá aqui qualquer coisa como vinte a vinte e cinco milhões que terão que ser forçosamente e a curto prazo eliminados. A realidade das receitas do município, de facto não deverá ir além dos cinquenta milhões. E portanto é natural que nos apareçam variações significativas ao nível tanto das receitas, como nas despesas do anterior Orçamento para este Orçamento, mas as rubricas são sempre as mesmas, se repararem bem são sempre nas rubricas, investimentos, ao nível das despesas de capital, ou são nas rubricas de venda de bens de equipamento, coisas que efetivamente são de difícil concretização. E portanto aqui exorto o executivo a continuar o trabalho que tem vindo a fazer, no sentido de expurgar aquilo que efetivamente está a mais, de maneira a que a nossa leitura, a nossa análise e fiscalização da execução Orçamental possa efetivamente ser um exercício sério, neste momento é muito difícil fazer essa análise dinâmica de uns anos para os outros. Feito este aparte, gostaria de facto realçar as orientações estratégicas destas Gops, Gops ou Planos de Actividade, também tenho alguma dúvida, a Lei das Finanças Locais estabelece Plano de Actividades, o nosso Regimento diz-nos que a Assembleia aprova as orientações do Plano, entendo Gops como Plano de Actividades para facilitar, não é a mesma coisa, atenção. Mas as orientações vão no sentido, que eu acho que é correcto, apontam e colocam a ênfase no social. E o social com predominância para a educação, que é a base, (na minha maneira de ver) a base de uma sociedade, cívica, responsável e com qualidade. E Aveiro tem-se orgulhado disso mesmo e eu penso que isso também tem sido fruto de uma boa aposta, naquilo que é a educação, desde o mais básico ao ensino superior. É muito importante que o executivo continue essa linha de acção. Também na Acção Social, não é só o programa “Aveiro Solidário”! Eu aqui já chamei a atenção que o executivo este ano em particular, este ano que corre, tem que ter muito cuidado. Muito cuidado. Tem que ser uma sentinela permanentemente alerta, sobre as situações de dificuldade e exclusão social. E se tiver que ultrapassar o Orçamento, nós cá estaremos Senhor Presidente da Câmara para lhe dar toda a cobertura, porque isso é importante, para todos os aveirenses, que se sintam confortados por alguém que efetivamente tem a capacidade de olhar para eles. Também gostei de ver aqui inscrita uma verba significativa para a reparação da rede viária, é uma necessidade sentida por todos, tanto no centro da cidade, como na mais recôndita das freguesias, todos estamos a precisar destas obras, como do pão para a boca. Como também gostei de ver, de facto um conjunto de programas que afirmam a nossa identidade de cagaréus e ceboleiros e de aveirenses, achei isso muito importante e acho que é bom que nunca se perca

esse norte, a nossa identidade de aveirenses deverá estar sempre espelhada, em programas que efetivamente relevem aquilo que é mais importante na nossa identidade cívica e cultural.

As obras do Parque da Sustentabilidade, com as suas dificuldades, elas têm que avançar e têm que acabar. Assim como, muito importante, a reabilitação dos braços urbanos da ria. Fico muito satisfeito por ver isso, porque na verdade é o grande cartão de visitas de Aveiro. Isto é também muito, porque sou amante das caminhadas a pé, de ver aqui pela primeira vez inscrito uma rede de percursos pedestres, em contacto com a natureza! Isso é muito importante, e isso fazia falta em Aveiro. Isso fazia falta em Aveiro e portanto espero que dentro em breve, nós possamos ter aqui percursos finalizados, que levem os visitantes a conhecer as belezas do nosso concelho.

Relativamente aos Orçamentos, na verdade eu gostaria de sublinhar uma variação bastante acentuada do ano passado para este ano nas receitas correntes, como nas receitas de capital. E de facto um Orçamento que passa de cento e doze milhões para setenta e três milhões é um Orçamento “de se lhe tirar o chapéu”. Agora tem que se ter muito cuidado na sua execução. Tem que se ter cuidado na sua execução, porque se há aqui verbas que na minha óptica poderão faltar e por isso não é um Orçamento barato, há aqui verbas que carecem de alguma justificação para esta Assembleia e estou a falar por exemplo de cerca de seiscentos mil euros, entre equipamentos e software informático. Tem aqui seiscentos mil euros! E portanto eu sei que uma boa parte disto está afecto a um departamento de gestão documental, mas era importante que o próprio documento explicasse um bocadinho melhor, aonde é que vão ser gastos seiscentos mil euros, não são seis mil euros não é!? E portanto em tempo de crise, há que ter muita atenção a este tipo de gastos. Também acho, pronto, que deveria ter sido dado um bocadinho mais de cuidado, relativamente a algumas rubricas que estão aqui assim como; estudos e pareceres, um milhão e seiscentos mil euros, aparecem aqui assim portanto, juros e encargos bastante elevados, alguns juros de mora referentes a empréstimos bastante antigos que eu questiono o executivo, porque não liquidar os saldos dos empréstimos? É uma boa medida de gestão financeira. Porque não liquidá-las!? Estamos a falar de contrato de financiamento na ordem de um milhão e setecentos mil euros, que eu acho que valeria a pena, são bastante antigos, têm a ver com empréstimos de habitação nos bairros de Santiago, como os bairros de Eixo e de Cacia, portanto e penso que valeria a pena o executivo analisar isso, muito bem e de forma a evitar a pagamentos e juros de mora.

Há também aqui assim algumas rubricas, que eu gostaria que o executivo desenvolvesse um bocadinho mais e tem a ver ao nível das despesas de capital, com os valores gastos em locação financeira e investimentos de terrenos, temos aqui qualquer coisa como cinco milhões e setecentos mil euros. Portanto também era bom, que o executivo, a Senhora Vereadora do Pelouro, pudesse dar uma palavrinha relativamente a isso, porque são valores muito grandes e que passam ao de leve ao correr da pena, na análise do Orçamento. Pronto, eu sobre isso, era isso que eu numa primeira fase me parecia, assim como também para terminar, pedindo o favor de aprofundar um bocadinho a questão da ligação. A questão da ligação deste Orçamento, ao Plano de Saneamento Financeiro. Aliás estamos em vésperas da sua apresentação, o período terminou em Novembro, portanto penso que Dezembro, Janeiro, estaremos na altura de apresentar o 7.º Relatório e portanto também já agora penso que seria conveniente que o executivo pudesse fazer um bocadinho mais a ligação não só ao Plano de Saneamento Financeiro, como a outro documento que aqui é bastante referenciado, pelo menos pela Senhor Vereador, mas sobre pouco é dito que é o nosso Plano Estratégico. Obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[027](#)

“Para um pedido de esclarecimento. O Sr. Deputado Olinto Ravara, de alguma forma, na sua nota introdutória falou de algo que tem merecido, das várias bancadas, algum consenso ao longo dos anos e que é a questão do orçamento real e do orçamento formal. Mas também disse que considera que ainda falta e que é preciso fazer algum caminho e acha que o orçamento

ainda tem de diminuir, do ponto de vista da despesa, mas vinte e qualquer coisa milhões de euros. Porquê? Porque nós temos uma receita expectável de cerca de cinquenta milhões e, para estarmos em linha entre uma coisa e outra, tal é necessário e nós também concordamos. A pergunta que se coloca, neste momento, e que é exactamente a mesma que nós temos feito ao longo do tempo, é, se temos um orçamento de setenta e três milhões, se nós sabemos que não vamos conseguir ter esta receita, quais são as rubricas que valem vinte e três milhões e que a Câmara não vai fazer? E o que eu pergunto ao Sr. Deputado é se tem um orçamento provisional de despesa de setenta e três milhões e sabe que nós nunca vamos conseguir ter uma receita acima de cinquenta milhões, há-de haver vinte e três milhões deste Plano e Orçamento que não vai ser executado. Eu pergunto-lhe se o Sr. Deputado se sente confortável se, por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara não lhe disser mas se amanhã cortar em tudo o que é Acção social? Com certeza que o Sr. Deputado amanhã diria que se soubesse não votaria a favor. E esse é o nosso problema desde sempre. Portanto a questão que lhe coloco é: é ou não desconfortável para si irmos, mais uma vez, às escuras, sabendo que há vinte e três milhões do que está aqui prometido que não vai ser cumprido? Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Eu agradeço a pergunta porque me permite esclarecer isto. De facto, não estou desconfortável em relação a isso. Sei que o Executivo vai, de facto, privilegiar a despesa na Acção Social e posso-lhe dizer que sei, pelo meu conhecimento passado, onde estão essas rubricas empoladas. Se quiser tomar nota eu digo-lhe. Uma boa parte está nos rendimentos de propriedade nas receitas correntes, a outra parte está nas receitas de capital na venda de bens de investimento. Tem aqui treze milhões trezentos e setenta mil, desconte-lhe a esmagadora maioria. Eu estou a falar das receitas mas as despesas são equivalentes. Tem aqui aquisição de bens de investimento e locação financeira vinte e dois milhões seiscentos e vinte e quatro mil. Não podemos abater nos passivos financeiros, que é o pagamento dos juros e encargos dos empréstimos de médio e longo prazo. Isso não pode ser feito. Também não vamos diminuir nas despesas de transferência tanto para as freguesias como para as instituições. Não vamos fazê-lo. Também não vamos fazê-lo ao nível das despesas com pessoal, estão aqui doze milhões oitocentos e nove mil euros. Elas têm vindo a diminuir, por acção, por obra e graça do Executivo. Têm vindo a diminuir. Também não é aí que nós vamos cortar. Acredito que ainda haja margem nas aquisições de bens e serviços. Acredito piamente. Porque não podemos mexer no leasing e encargos porque são coisas, são coisas que vêm muito de trás e temos que pagar porque somos cumpridores e somos pessoas de boa-fé, somos pessoas com dignidade. Penso que está respondido, obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa-noite. Também da minha parte um bom ano ou o melhor ano possível a todos, que agora se inicia. Começar por dizer o seguinte. Nós estamos a discutir o último orçamento desta maioria antes das próximas eleições autárquicas, mas estamos a discutir um documento de previsão. E, tendencialmente, nas discussões ao longo destes anos, e em outros parlamentos, procura-se, a meu ver mal, empolar-se e dar-se uma importância demasiada a este documento. Este documento não é eminentemente técnico. É um documento que espelha determinadas opções políticas que irão ser cumpridas durante o ano imediatamente seguinte. Eu tenderia mais a valorizar como avaliação do desempenho do Executivo a conta. A Conta de Gerência é que deve ser o espelho da gestão autárquica, neste caso, no nosso Município de Aveiro. E aí é que nós conseguimos aferir se as opções tomadas pelo Executivo foram boas ou más, se sortiram ou não efeito. Como já aqui foi transmitido, de facto, não há uma mudança substancial nas opções políticas deste Executivo. Há uma regra que a lei estabelece e que faz toda a diferença, daí o facto do orçamento poder vir para os dois dígitos,

como já foi aqui explicado, mas as críticas do Partido Socialista, essenciais aos orçamentos anteriores e que se renovam também neste, têm a ver com as opções políticas, do nosso ponto de vista, erradas e que este Executivo tem apontado. Acho que é positivo que se tenha podido diminuir os montantes mas não entendo que isso seja uma questão fundamental para a boa gestão Municipal. Essa, do nosso ponto de vista, faz-se com as opções políticas que aqui estão espelhadas. E essas não são as essenciais para se resolverem os problemas dos aveirenses.

O segundo ponto que queria abordar, e ele veio bastante enfatizado na introdução a este documento, tem a ver com as questões de participação inerentes à questão do Orçamento Participativo. Já aqui tivemos ocasião de dizer que, do nosso ponto de vista, esta tentativa de implementação de um Orçamento Participativo é uma fraude para a participação e isto apenas serviu para se dizer que se procurou implementar esta metodologia, mas isto não tem reflexo real na qualificação da nossa democracia, nem no incentivo à participação das pessoas. Foram pouquíssimas dezenas de cidadãos que aqui participaram e pouquíssimas dezenas de cidadãos que decidiram do destino de algumas dezenas de milhares de euros de gastos da despesa pública. Isso, do meu ponto de vista, até é um pouco antidemocrático porque este Executivo devia ter assumido, devia ter forçado, e devia ter tido a coragem de, entendendo que havia uma participação incipiente, que foi o que se verificou, retirar as propostas, porque a qualificação da democracia não se alcança com uma participação tão incipiente e tão reduzida, ainda de alguns montantes significativos como são estes. De facto, é uma fraude à participação que nós não podemos deixar de sublinhar, até porque, em bom rigor, quando foi preciso apelar à participação dos cidadãos este Executivo falhou redondamente. Estamos a lembrar-nos, por exemplo, dos projetos para a requalificação do bairro do Alboi e para a questão da famigerada ponte sobre o canal central, que felizmente parece que não vai ser construída, mas que, atendendo a uma afectação de verbas com as grandes limitações que isso traz, permite apenas requalificar um pequeno troço próximo do Rossio, quando, como o Partido Socialista alertou em tempo, se poderia ter utilizado esses fundos públicos para requalificar o próprio Rossio e também a Avenida Lourenço Peixinho. Aqui, no fundamental, a Câmara falhou e as questões de participação não são obviamente uma questão central da acção política deste Executivo, nem nunca o foram. Outra questão que também é enfatizada tem a ver com o crescimento da população que está espelhado nos censos recentemente elaborados. Diz-se e afirma-se que assenta numa força centrípeta de Aveiro e que essa capacidade de atracção se deve às políticas implementadas pelo Executivo. Eu tenho dificuldade em perceber que isto seja assim, até porque isto nem sequer é provado no próprio documento. É dito genericamente. Portanto, não se depreende quais são as políticas que foram encetadas por este Executivo para que isso possa acontecer. Mas eu deixava aqui uma salvaguarda e esta, a mim, parece-me bastante importante. Este crescimento populacional que é bom para Aveiro e que revela, de per si, que a cidade, de acordo com a sua capacidade e com a sua oferta, consegue atrair pessoas, o número não é muito significativo mas no quadro regional revela uma tendência que é bastante interessante, parecia-me relevante que, para áreas da governação municipal verdadeiramente essenciais como, por exemplo, a educação, também já alertámos isso em tempos, fosse feito um estudo demográfico até para poder ser um anexo de estudo e de ponderação muito importante, por exemplo, na Carta Educativa para que os nossos centros escolares pudessem estar adequados aos desafios que as próximas décadas nos vão impor. Aí sim, seria bom e seria produtivo nós percebermos em que medida é que este crescimento pode ser seguro e pode ser potenciado em Aveiro e não apenas porque é um crescimento. Isso em si mesmo esboroa-se o argumento e não traz nada de muito significativo. Uma outra questão tem a ver com a diminuição dos funcionários. Já por diversas vezes que o Sr. Presidente desafia o Partido Socialista a dizer quantos funcionários é que tínhamos e quantos é que não tínhamos, e que foi um grande esforço. Esse grande esforço, Sr. Presidente, é bom porque a organização municipal tinha muitos funcionários. Mas temos que ser verdadeiros. Os funcionários diminuem porque se aposentaram, outros foram para a AdRA, ainda há a questão da MoveAveiro, agora veio uma

regra no Orçamento do estado, no artigo sessenta e cinco que impõe que este ano diminua dois por cento dos funcionários, deve dar para aí uns onze funcionários. Verdadeiramente não é um esforço deste Executivo Municipal diminuir os funcionários porque o Sr. Presidente não diz aos funcionários ‘está obrigado a aposentar-se’. As pessoas aposentam-se porque chegam à idade ou porque, unilateralmente, querem aposentar-se, não é o Sr. Presidente que impõe. Na questão da AdRA não é uma imposição da Câmara. Portanto, ver isso como uma vitória política parece-me um exagero e parece-me que não é de todo verdadeiro.

Por último, uma questão que é cara ao Partido Socialista e que tem a ver com a questão das Juntas. A “Delegação de Competências” volta novamente este ano a vir sem ser discriminado, sem estarem discriminadas as verbas que são adstritas a cada uma das freguesias!?

Isso, do nosso ponto de vista, é um procedimento absolutamente errado que só revela falta de transparência e um tratamento desigual das freguesias. E não é justificado, ou justificável, que o órgão que aprova o orçamento, que é esta Assembleia Municipal, não possa conhecer quais são os montantes que estão adstritos a cada uma das Juntas de Freguesia. Não é possível. Eu tenho pena, francamente, que o Sr. da Junta de Freguesia de Santa Joana dê, agora, em faltar e se faça substituir para estas Assembleias Municipais. Enfim, ele agora tem responsabilidades porque é Presidente da Concelhia do PSD, e, portanto, é uma pessoa com grandes responsabilidades políticas. Eu nunca mais esqueço a frase que aqui foi dita por ele. Foi gravada e está aí para quem quiser ouvir. O Presidente Vítor Martins dizia que quando ia à Câmara tinha sorte, estava lá sempre um cheque para ele, e que a Presidente Maria Romana Fragateiro tinha azar porque quando lá ia não havia cheque. Ele quando lá ia tinha sorte. Isto foi dito aqui, na Assembleia Municipal, e está gravado. Foi dito e está gravado. Ia à Câmara e recebia o cheque, os outros iam à Câmara e tinham azar e não recebiam o cheque. Ora bem... para que estas questões de sorte e azar não devam estar espelhadas num documento provisional. Estas questões não são questões de áurea, é uma questão de certeza e de pormenorização e de prestação da forma como as verbas são canalizadas para cada uma das freguesias. E, portanto, nós queríamos lamentar que o Executivo, contra os princípios básicos de transparência, tenha falhado nesta matéria e que oculte da Assembleia Municipal, que é quem aprova este documento, quais são as verbas canalizadas para cada uma das freguesias. É um procedimento, a todos os títulos, lamentável e que demonstra, única e simplesmente, um tratamento desigual das Freguesias e dos Executivos de Junta de Freguesia que estão à frente de cada uma delas. Isso, Sr. Presidente, é fazer batota e é não ser transparente. Disse.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“O Sr. Deputado Marques Pereira. Gostaria apenas de lhe dizer, em abono da verdade, que aquela referência que fez ao texto não é correcta. Aliás, o texto das GOPs até faz a injustiça de não dizer que serão as políticas que subjazem deste Executivo. Deixa entender que para uma evolução demográfica de uma década as políticas que subjazem não serão, necessariamente, as deles. Mas não era isso que eu queria perguntar. Isto era apenas um aparte para corrigir. Disse aí uma coisa que, de facto, deixa-me espantado e que é o seguinte. Disse que, no seu entender e no do Partido Socialista, não eram as opções na educação, não eram as apostas na Acção Social, não era aquilo que está consagrado neste orçamento que interessava para Aveiro e para os aveirenses. Disse isso de caras o que eu gostava de saber então, efetivamente, preto no branco, o que é que para si interessa?”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Sr. Deputado Olinto Ravara. Seguramente o defeito é meu que não me fiz entender. Eu nem falei nessas áreas da governação que o Sr. Deputado acabou de mencionar. Portanto, compreendo mal a sua pergunta. No entanto, deixe-me fazer duas referências. Em relação à

questão demográfica eu apenas quis enfatizar que essa força centrípeta de Aveiro, que é invocada no introito do documento, deveria ser potenciada para que, em áreas fundamentais da governação municipal como a educação, pudesse haver instrumentos que nos permitissem decidir melhor, como potenciar esse crescimento populacional. Parece-me errado, até porque não é demonstrado por este Executivo, quais foram as políticas adoptadas para que esse crescimento ocorresse. V. Exa. leu tão bem o documento quanto eu e poderá inferir dessa leitura aquilo que lhe estou a dizer.

Em relação àquilo que refere, eu enfatizei, no início da minha intervenção, que este é um documento político de previsão que espelha opções políticas. A nossa principal crítica, ao longo dos tempos, é que essas opções críticas têm sido erradas, do nosso ponto de vista. Ainda que, do ponto de vista técnico, como V. Exa. invocou, e bem, e eu estou, parcialmente, de acordo consigo, é positivo que o documento possa aproximar as receitas duma realidade que todos reconhecemos como importante. Aliás, isso foi reconhecido pelo meu camarada Francisco Picado. Agora, isso não é o fundamental da discussão do orçamento. Do meu ponto de vista, longe disso. São opções políticas que estão aqui espelhadas em cima da mesa. Dou-lhe um exemplo: dizer-se que vai haver muito dinheiro para se poder asfaltar a rede viária e não se dizendo, por exemplo, em que freguesias é que isso vai ocorrer é que me parece, olhe, se quer que lhe diga, manifestamente eleitoralista. Porque eu gostaria de saber em que freguesias em que vão ocorrer essas requalificações da rede viária. V. Exa. vai votar este documento sem saber isso. E isso, do meu ponto de vista, é um eleitoralismo que já nem seu usa e que no fundo é ocultar informação a este órgão, que engloba, até, um certo desrespeito. Estou certo que V. Exa. concordará comigo nesta crítica.”

Vogal Manuel Vieira Santos (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“Senhor Presidente, digníssimas Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, digníssimos Vereadores, Senhores deputados, digníssimo público aqui presente, a todos boa-noite e um bom ano. A minha intervenção vai ser rápida, porque não gosto de gastar muito tempo aqui a vossas excelências, mas aquilo que pretendia perguntar é o seguinte, porque ouso aqui ouvir, cumpridores, pessoas de boa-fé, pessoas de bem, e a pergunta que faço é a seguinte, as Delegações de Competências de 2012, vão ser pagas ou não? Se vão, quando? Porque a Freguesia de Eirol é uma das vítimas a anexar e como tal, eu não gostava que a Freguesia de Eirol fosse anexada com dívidas e reserve-me para a segunda volta.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰³³

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³⁴

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰³⁵

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Muito obrigado Sra. Presidente em exercício. Muito boa noite a todos. Este orçamento que a Câmara nos traz para análise é o último orçamento do mandato para que fomos eleitos. E, portanto, é um orçamento que nos permite avaliar o que vai ser feito, por este Executivo, em dois anos. E o Sr. Presidente deu o mote para esta discussão ao falar na fidelidade aos compromissos que assumimos. Foram estas as suas palavras.

Relativamente ao Orçamento volto à minha primeira intervenção neste mandato, aqui na Assembleia Municipal, em que citava o Sr. Presidente da Câmara, na noite eleitoral em que transmitiu aos aveirenses, passo a citar, «que ultrapassadas as dificuldades estamos em condições de sonhar fazer mais por Aveiro», dizia o Sr. Presidente na noite eleitoral. Infelizmente, a realidade mostrou-nos algo muito diferente. Vimos, nestes três anos, a maioria a continuar com a obsessão do passado, atentar justificar a sua incapacidade com os mandatos do Partido Socialista e a fazer uma gestão aos arranques, em termos de concentração, da

actividade e que coincidem com os anos de eleições. Se V.Exas. acham que esta gestão tática das políticas públicas resulta, em termos eleitorais, eu incentivo-vos a que continuem. Eu penso que será bastante diferente. Eu sou daqueles que continua a achar que quem tenta caminhar a olhar para trás vai obrigatoriamente tropeçar e cair. E em Aveiro, neste momento, é muito fácil nos buracos e na condição das vias públicas que temos. E volto, novamente, à fidelidade aos compromissos que o Sr. Presidente diz que assumiu. E os compromissos eleitorais que assumiu, já com todos os dados, sem supostas surpresas, conhecendo bem a realidade da Câmara Municipal, em dois mil e nove diziam, e pedia-vos algum tempo para lermos parte do programa eleitoral da coligação que vale a pena lembrar. Diziam o Sr. Presidente e a maioria que a primeira prioridade era a concretização da Carta Educativa do Concelho e Aveiro. Essa era a prioridade número um. Ora a Carta Educativa do Concelho de Aveiro previa vinte e sete escolas, requalificadas algumas, outras novas. Estão, neste momento, terminadas duas. Mas eu até admito que as outras duas que estão em processo de construção vão ser terminadas neste mandato. Isto é uma taxa de execução de catorze por cento, da primeira prioridade da maioria. E por esta percentagem podemos medir a forma como o Executivo trata as suas prioridades. Mas tínhamos muito mais neste programa eleitoral, Srs. Deputados. Tínhamos, por exemplo, que íamos concretizar a já esboçada via panorâmica entre Aradas e Verdemilho. Que íamos implementar a Carta Educativa já falei, que íamos constituir um fundo imobiliário que iria rentabilizar os imóveis, etc. Iríamos criar um gabinete do empresário que seria uma via verde que iria incentivar os investimentos, etc. Iríamos dotar as nossas zonas industriais de novas infraestruturas e em condições. Íamos requalificar e criar zonas industriais. Íamos revitalizar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Criar corredores ecológicos ao longo de todo o Concelho. Iríamos requalificar a Pateira de Requeixo. Criar o parque urbano de Sá-Barrocas. Reabilitar os centros urbanos das freguesias. Recuperar a navegabilidade do canal do Paraíso até ao centro urbano. Prolongar o Canal de S. Roque. Construir os açudes do projecto do rio Novo do Príncipe. Criar uma circular radial interna de Aveiro. Construir a Avenida de Santa Joana. Criar o centro regional coordenador de transportes, junto à Estação de Caminho-de-ferro. Propor à tutela a criação de uma autoridade metropolitana de transportes da CIRA. Pugnar, pasme-se, pela modernização da linha do Vouga. Etc., etc., etc. É evidente que haverá aqui outras coisas que implementaram: as newsletters semanais que prometiam; não conheço que tenham criado o 'KitAveiro' constituído pelo livro, Dvd, bandeira e t-shirt, não sei se criaram isso. Mas eu citei algumas que são, efetivamente, relevantes e muito importantes para o desenvolvimento do Município de Aveiro. Se isto é fidelidade aos compromissos que assumimos deixo essa avaliação a V. Exas. Aliás, o Sr. Presidente até teve o bom-senso, neste mandato, de não fazer as avaliações anuais dos compromissos porque, efetivamente, isto comparado com o seu programa eleitoral não iria, certamente, dar números benéficos para o Município. Este é que é o mote para analisarmos os orçamentos, que são as previsões da actividade do Executivo e desta maioria. E este é o balanço no fim de dois mandatos, Srs. Deputados. Os aveirenses farão, com certeza, essa avaliação e incentivo V. Exas. a continuarem com a vossa tática política de ciclos eleitorais e com a vossa obsessão pelo passado. Eu penso que vão cair nas próximas eleições de Outubro. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

“Nesta primeira intervenção seria breve. Apenas para fazer duas questões, o Orçamento de 2007, já vossa excelência estava no Poder, fixava (como foi ali bem lembrado pelo Bruno Costa) cento e noventa e um milhões de euros. O deste fixa setenta e três (se não estou em erro) houve uma alteração clara nos pressupostos e nos critérios da elaboração do Orçamento, que resulta da não imposição legal em determinado tipo de rubricas que têm que ser feitas e portanto chateou-me a mim estar a ouvir neste lado chateou-me, irrita-me que me façam de mim de burro, que esta energia com os números por parte do executivo se deve a um acto de inteligência

súbita por parte da autarquia. Não se deve a nada disso, deve-se da possibilidade que o executivo teve, objectivamente de fazer um Orçamento diferente, evidentemente mais próximo da realidade, eu não estou nada em desacordo com isso, mas não resultou de um grande esforço e de um grande empenho. Resultou de uma possibilidade que lhe foi lançada. E a segunda questão é, eu aceito todas as opções políticas, vamos lá a pôr o dinheirinho da Delegação de Competências num saquinho só. Agora eu quero é uma justificação para isso. Portanto o Senhor Presidente da Câmara se faz favor justifique, porque é que é mais inteligente do ponto de vista do executivo, ter a verba toda em conjunto numa rubrica só, e depois falarei, faça a sua resposta.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

“Muito obrigado, Srs. Presidente em exercício. Saudação a todas as pessoas que estão nesta Assembleia. Como disse o Sr. Presidente da Câmara a verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima. E a verdade que vem ao de cima é que ao fim destes sete anos, aliás, sete anos para alguns, porque os outros já sabiam disso, está demonstrado que o Sr. Presidente da Câmara é completamente inapto para o exercício das funções em que em má hora os aveirenses o empossaram. Vejamos o seguinte. Já não vou falar das promessas que foram feitas das últimas eleições que só têm três anos e tal e que o eu camarada Paulo Jesus já falou. Ainda há tempo para as cumprir.

Vou falar da primeira promessa do Dr. Élio Maia. A pista do Rio Novo do Príncipe. Passados sete anos o Sr. Dr. Élio Maia consegue tirar as intenções, a esperança, da construção da pista no Rio Novo do Príncipe das GOPs. A verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima. Desde a primeira hora que o Sr. Dr. Élio Maia foi eleito, com este Executivo e com o outro também, vem sempre com o mesmo, com a cantiga do ceguinho triste na feira, ‘sou um pobre infeliz’ ‘queira pagar as dívidas dos outros’, ‘sou um pobre coitado’, e não sei que mais, ‘tenho muita dívida e muitos juros para pagar’. Pois tem. E se por cá andasse mais teria que pagar. Aliás, é preciso não esquecer que os juros que tem de pagar foram basicamente constituídos por si, e bem, mas foram constituídos por si. Mas porque é que pagará tantos juros? Porque é que terá tantas dívidas? Porque, se calhar, todos os negócios que fez, e em que podia embolsar bom dinheiro, fez asneira, fez mal. Vejamos o Parque Desportivo e vejamos essa história interessante da concessão das águas. Se tivesse recebido mais algum poderia ter amortizado mais ou podia ter pedido menos, e podia certamente pagar menos juros. E há coisas que eu nunca consegui entender. Eu nunca consegui entender, perdoem-me eu trazer de novo essa questão para aqui, como é que, alegadamente, o Sr. Dr. Élio Maia recebeu uma proposta do Hospital da Trofa para vender os terrenos das piscinas por quatro milhões de euros. Achou que deveria enviá-los para a Direcção do Beira Mar que os receberam, estiveram numa grande refeição no SalPoente (parece até que já está fechado). E quando lhe disseram que eram quatro milhões de euros a Direcção do Beira Mar disse que era pouco, porque, efetivamente, tinham expectativas que os terrenos valessem mais. E agora como é que me explicam que esse terreno tivesse vendido ao Beira Mar por um milhão e duzentos mil euros e qualquer coisa?

São estas coisas que eu não entendo. Juros? Claro que há juros. Dívidas? Claro que há dívidas. Há dívidas e já não há “anéis”. Este Orçamento é mais do mesmo. Este orçamento eu já o aprovei. Aprovei, aprovámos, no ano passado. Ou melhor, aprovaram. É igualzinho ao do ano passado porque, de facto, depois de respigadas as rectificações, é exactamente igual. Mais do mesmo.

Ponham a mão na consciência e digam, com um orçamento igual, o que é que se fez em Aveiro? Digam-me. Durante o ano de dois mil e doze o que é que se fez em Aveiro? Nós estamos a aprovar para dois mil e treze um orçamento que é igual ao de dois mil e doze e que tão bons frutos deu para Aveiro. Isto é, para o ano que vem estaremos um pouco piorzitos que este ano, talvez os buracos tenham crescido um bocadito. Eu espero que nenhuma ambulância caia lá,

enfim... Parece é que na Rua do Crasto caiu lá uma junta de bois e desapareceram os bois e anda lá o homem “à rasca”. Não sei se os há-de encontrar ou se vai só encontrar algum apêndice. Mas isso o problema é dele.

Deixando este aparte, gostaria de dizer que vamos lá ver se os três milhões que vêm a mais de IMI darão para tapar alguns buracos. O que eu espero é que sejam buracos físicos, que sejam os buracos nas estradas do concelho, porque isto já nem é estado miserável, isto bateu no fundo. Tudo o que dois mil e treze trará vai ser melhor porque pior, obviamente, não pode ser.

Já aqui foi dito que o orçamento melhorou. Eu quando ouvi toda a gente a falar do orçamento que melhorou, agora é muito mais sério, e não sei quantas mais, faz lembrar aqueles pescadores que pescam um peixito de trezentas gramas e vêm dizer que pescaram um peixe de dois metros. Este ano já não dizemos que o peixe é de dois metros, tem só metro e meio. Aquele meio metro que falta são vinte e três milhões. Digamos que, mesmo assim, não é muito mais cumprido que o peixe pescado. É só um peixe que tem para aí uns vinte e cinco milhões a mais.

Finalmente, porque não vale a pena gastar muita cera com fraco defunto, o Sr. Presidente da Câmara não foi ao PAEL. Mal, deveria ter ido! Não foi ao PAEL, no meu entender, mal. Muitas vezes discordo das opiniões oficiais do Partido Socialista. Já não é de agora. Já é da altura em que o Prof. Manuel Coimbra que está agora muito interessado em responder, concordava e eu discordava. Agora o Sr. diz que discordava. Mas eu discordava aqui onde doía. Pois não foi ao PAEL.

Não foi ao PAEL, não foi por nenhum interesse para Aveiro. Foi por um simples interesse político-partidário. Este é ano eleitoral, tinha de ser feito assim. E foi para que não tivesse a fiscalização do Tribunal de Contas.

Mas vocês sabem que o destino às vezes prega-nos partidas, não? É que está para sair uma nova lei das finanças das autarquias locais. E pelo que eu tenho lido, eu não sei se o Governo vai com aquilo para a frente, mas pelo que eu tenho lido não fomos ao PAEL buscar o dinheiro para, ao menos, desenrascar os pequenos credores da Câmara que estão aflitos. Os grandes têm-se empurrado com Planos de não sei quê lá para as calendas. Tudo bem, como são grandes aguentam. Agora, há muitos pequenos que poderiam ter sido resolvidos com os dinheiros do PAEL. Não, senhor. Mas o destino é quem marca a hora como diz o filme. Se for aprovada esta lei das finanças locais, tal e qual vem a ser discutida, tal e qual foi apresentada, nós ficamos sem dinheiro — e felizmente para Aveiro, vai ser nomeado um gestor para finalmente pôr algum juízo nesta Câmara de Aveiro. E disse, por agora, Sr. Presidente.”

Vogal Rui Maio (BE)⁰³⁹

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos, excelentíssima Mesa da Assembleia, excelentíssima Câmara, caros colegas, também quero desejar-vos um bom ano de 2013, realmente seja um ano com as dificuldades todas que prevemos, que sejam ultrapassadas e que realmente seja um ano de prosperidade e para a nossa autarquia também.

Relativamente a este Orçamento, penso que já muito dissecada, já muita coisa aqui foi falada. Realmente a Câmara esforçou-se por fazer um Orçamento com dois dígitos. Conseguiu, retirando muita parte da despesa e algum abaixamento na própria receita, é uma das situações que eu condeno um pouco, é realmente Aveiro é uma capital de distrito, ter apenas uma receita de cinquenta e um milhões de euros, acho francamente pouco para uma cidade. E portanto ter uma receita destas, não poderá ter um investimento maior e portanto acho que aí as Câmaras vindouras terão que lutar e terão que desenvolver. É realmente a aumentar a receita para que a cidade cresça e portanto arranjar vários arruamentos, várias situações para podermos realmente que esta situação para o próximo Orçamento mantenha-se um Orçamento de cem milhões de euros, mas com receita de cem milhões de euros. Queria aqui referir alguma

situação, este Orçamento de uma forma geral como eu já disse está atual dentro da situação grave com que a Câmara se situa.

Gostaria de ver espelhado neste Orçamento uma distribuição mais equilibrada ou mais equitativa em relação às Juntas de Freguesia, porque isto é um número global, é um valor global, eu gostaria que realmente esta situação, também como já aqui foi falado, fosse discriminada nessa parte. Assim como a questão do “pacote” da venda dos terrenos.

Quer dizer, nós não sabemos nem os terrenos que irão ser vendidos, nem o valor dos terrenos que foram escolhidos para essas vendas!

Quer dizer, mesmo não sendo feita a situação, penso que a Câmara poderia espelhar neste Orçamento essa situação, especificando realmente aquilo que pretenderia fazer, porque o Orçamento nós sabemos que nunca é 100% exequível.

Mas de qualquer maneira, penso que espelhava melhor e acho que perante nós todos, para o município de Aveiro, essa situação fosse salvaguardada, ficaria mais correcta.

Congratulo-me realmente, contrariamente a que muitas pessoas aqui o dizem, ver neste Orçamento também o Orçamento Participativo. Se ele tem participação ou não, pois isso realmente depende das pessoas, pois o público é assim! O povo português é comodista de nascença e não participou. Nós não podemos andar atrás das pessoas com uma corda, ou de outra forma para obrigarem a participar no Orçamento. Inclusivamente tínhamos cá várias associações industriais e comerciais, que até elas teriam participado no Orçamento e apresentar ideias, nem essas se apresentaram. Portanto se me dizem que o Orçamento é pouco, é curto! É curto mas foi feito e é o primeiro e a Câmara está de parabéns por ser a primeira vez que apresenta um Orçamento Participativo e ter conseguido chegar até ao fim com esta sua situação.

Em relação à situação, também queria aqui referir, era em relação às pavimentações, que realmente é uma verba bastante grande em relação à beneficiação da rede viária. Mas queria fazer um alerta, porque a rede viária está de tal forma degradada, que realmente tem que levar um arranjo de fundo, não é só realmente despejar quatro ou cinco quilos de betume por cima de uns buracos e já está. Quer dizer, chegou-se a uma situação em que realmente tem que se arranjar uma verba bastante grande e ainda bem que ela está aqui demonstrada, para fazer essa reparação, porque de outra forma não vale a pena o fazer!

Queria saber só para terminar, queria também saber como é que estaria a situação do Centro de São Jacinto, que não está aqui!? Não vi nada espelhado no próprio Orçamento.

E outra das situações, acho piada realmente, não fomos ao PAEL, mas realmente temos aí uma legislação que há-de vir e que pelos vistos virão cá os Troikas provincianos, vamos lá ver o que é que eles fazem. Vêm para a província, nós vamos então ver se eles realmente, se a gente os ensina, espero bem que sim, ou se eles nos vêm ensinar a nós. Era tudo, muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁴¹

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁴²

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados. Faço uma nota inicial recordando a intervenção e o apelo há cinco ou seis dias quando pedimos ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do Pelouro, e pedimo-lo encarecidamente que nos fizesse chegar o conteúdo da Delegação de Competências às Juntas de Freguesia e a bolsa de terrenos, discriminada.

Sabendo agora que ela está substancialmente mais reduzida e, com certeza, que alguns daqueles não serão comprados. E era importante que tivéssemos a percepção do que de mais importante vai acontecer nessa área. Inevitavelmente quando fazemos este debate sobre o Plano e Orçamento, temos uma sensação de “dejá vù” porque não é muito diferente daquilo que tem acontecido ao longo dos anos.

Há uma manifesta alteração, nomeadamente dos preâmbulos e das mensagens subliminares que estão nestes documentos, em que é evidente que chegámos ao ano eleitoral.

E nem sequer um documento, que é um documento institucional, político, da Câmara Municipal de Aveiro que se deve abster de entrar na guerra político-partidária, nem aí houve essa capacidade de isenção e cada frase não é a afirmação de algo para a frente, é, fundamentalmente, uma resposta a alguma coisa que está para trás.

E esse é que é o problema deste Executivo. É que fez toda a sua gestão a olhar para trás. Aliás as intervenções do Executivo e das bancadas que o apoiam tem sido sempre, ainda a oposição não disse nada e já estão os deputados da maioria a antecipar um conjunto de críticas, porque elas são, de facto, tão evidentes que é preciso ganhar algum terreno neste campeonato do debate político.

A gestão, para além de ser uma gestão a olhar para trás, tem sido uma gestão de experimentalismo, tem sido uma gestão de amadorismo e tem sido uma gestão de curto prazo. Há pouco quando o Sr. deputado Paulo Marques falava das engenharias financeiras, eu também não sou economista, mas eu acho que os economistas não servem propriamente para fazerem engenharias financeiras daquelas que o Sr. Deputado estava a falar, mas falo de duas coisas que são muito evidentes.

Quando se vende a AdRA, ao preço que se vende, vende-se, precisamente, para se conseguir atingir estes objetivos e que é, passados alguns anos, nós estarmos em condições de podermos apresentarmos estes números, independentemente de ser um bom negócio ou não para Aveiro. Porque daqui a três ou quatro ou cinco anos já cá não sou eu que estou a gerir politicamente, portanto, os outros que venham e que fechem a porta.

Isto é que é a engenharia financeira desta coligação que você apoia. Quando nós estamos a falar de engenharia financeira, estamos a dizer, por exemplo, quando oferecemos à Transdev o bom negócio dos transportes públicos estamos a retirar parte substancial dos custos para depois poder apresentar números bonitos a esta Assembleia, mas esquecem-se de dizer o que fica para trás. E o que fica para trás é a diminuição do serviço, é aquilo que no médio prazo vai acontecer quando a empresa tomar outro tipo de decisões, etc., etc., etc. Quando há pouco o meu camarada Raúl Martins disse, e bem, porque sendo o assunto incómodo não há tabus nesta Assembleia sobre as discussões que devemos ter, quando há conhecimento em toda esta cidade que existe uma valorização de um terreno quatro vezes superior em relação àquilo pelo qual ele foi vendido, nós temos que nos interrogar. Nós temos que perceber que quando nós falamos em delapidar património público é disto que nós estamos a falar. E se não é verdade digam que não é verdade. Se não é verdade nós confrontamos os emails e os faxes que temos. Uns a dizer que não e os outros a apresentar a proposta. Vamos a isso. Mas não vale estar sempre a mentir aos aveirenses. Não vale. Valorizar um terreno em quatro milhões e vende-lo por um milhão e duzentos e cinquenta mil é delapidar património. E sabem porquê? Porque o Sr. Presidente tinha que resolver um problema ao clube, provavelmente foi só isso que esteve na génese, e porque durante seis anos ou cinco anos não conseguiu encontrar nenhuma solução, até com os seus próprios vereadores da altura se incompatibilizou, e para encontrar uma solução fez asneira, só pensou no curto prazo. E o que é que aconteceu? Não ficámos com o dinheiro, já nem vou falar disso, ficámos sem um terreno, ficámos com um pântano, ficámos sem uma piscina. Mas há algum pormenor deste processo que tenha sido positivo para Aveiro e para os aveirenses? Se houver digam. Vamos à discussão “à séria” disto. Se houver digam.

Quando nós estamos a olhar para um introito sobre as GOPs de dois mil e treze e olhamos para aquilo que foi dito em dois mil e doze, não sei se os Srs. fizeram esse exercício mas eu vou recordar-vos, havia sete prioridades. Fábrica das baterias da Nissan e Fábricas da Portucel. Era aquilo que eram as grandes obras deste mandato, coisas que não estavam no âmbito da Câmara, e já isso é abusivo, e não se vieram a concretizar... azar de todos nós. Quando falamos na Avenida das Agradas? Mas que brincadeira é esta? Deviam ter vergonha em colocar coisas destas. Quando foram os próprios habitantes que tiveram de abrir a Avenida, e agora fecharam

outra vez porque não conseguiram, sequer, fazer a obra. Requalificação da Avenida Lourenço Peixinho? Então quando estamos a falar das GOPs colocamos aquilo como uma das prioridades e depois, passados dois ou três meses, aqui num debate, o Sr. Presidente da Câmara diz que é uma obra para passados cinco, seis ou sete anos? E estamos com este tema desde a primeira eleição deste Presidente da Câmara e não se avançou um milímetro. Um milímetro, na realidade. Pois, se calhar ainda bem. E prescindiu de fazer esta obra, que se calhar era muito mais importante para Aveiro e para os Aveirenses para se fazerem as obras de fachada dos Parque da Sustentabilidade. Pelo menos algumas, nomeadamente as duas pontes que não servem rigorosamente para nada. Isto é que é discussão política a sério. E quando nós falamos em prejudicar os aveirenses é disto que estamos a falar. E os Srs. contra isso não têm resposta nenhuma. Então convidam os presidentes de junta dois meses antes das GOPs, para discutirem as GOPs, e quando os Presidentes de Junta colocam a questão de quando é que pagam, a resposta é “façam a obra e depois nós pagamos”. Ainda estão por pagar as de dois mil e doze. Como (alguns podem) como é que todos os Presidentes de Junta podem acreditar nas palavras que são ditas? Não podem. E claro que há Presidentes de Junta que dizem que não se vão atravessar, desculpem a expressão popular, a contratar um serviço, a contratar uma obra para depois me virem pedir responsabilidades. E eu posso, se calhar num daqueles dias, não é num daqueles dias que o Sr. Vítor Martins vai, mas é nos dias em que a Sra. Presidente Romana vai, e tem azar e não há dinheiro. E depois vai lá outro dia e não há dinheiro, e não há dinheiro e não há dinheiro. Sejamos sérios. Mas querem fazer Delegações de Competências para quê? Para fachada? Digam qual é o valor de Delegação de Competências que está pago e que estavam nas GOPs de dois mil e doze. Digam. Essa é a parte importante.

Por isso é que discutir o Plano só é sério quando nós passado um ano, dois anos, três anos, conseguimos encontrar alguma coisa que coincida entre um documento e outro. E a verdade é que são raras, raríssimas, as decisões ou os projetos que foram ditos que iam ser feitos e que depois são feitos e cumpridos. Por isso é que hoje é muito difícil confiar na palavra e no que está escrito que esta Câmara escreve. É muito difícil. É preciso um acto de fé muito grande para nós podermos acreditar que a introdução às GOPs quer dizer alguma coisa na realidade, porque elas não querem dizer. Nem hoje, nem no ano passado, nem há dois anos, nem há três, nem há quatro.

Duas notas. O Sr. Presidente começou o debate, hoje, sobre esta matéria aludindo a este tema. Se nós estivermos, durante sete anos, a fazer a mesma crítica relativamente aos orçamentos irrealistas porque razão é que só em fevereiro deste ano, do ano passado, dois mil e doze, é que se lembraram de colocar à DGAL esta questão?

Porque é que não pediram este esclarecimento em dois mil e onze, dois mil e dez, dois mil e nove, dois mil e oito. Se calhar já estávamos com os orçamentos mais parecidos com a realidade há muito tempo. Porque é que não o fizeram? Mas porquê? Mas há alguma razão objectiva para perceber porquê?

Falamos em Acção Social. As GOPs diminuíram, na Acção Social, de um milhão e quinhentos mil para cerca de quinhentos e dezassete mil. Tem de ter uma explicação qualquer.

Mas antes de nós nos questionarmos sobre isto, esta é uma alteração profunda das GOPs, estamos a falar de sessenta e seis por cento de diferença, os Srs. Deputados falaram do cariz social do Executivo, das suas preocupações, etc., mas não se lembraram de olhar para isto. Ou se se lembraram ninguém se interrogou! Ou então é porque nos sonegam informação e os Srs. têm informação privilegiada. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁴⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁶

Da Câmara Municipal

Vereadora Teresa Cristo⁰⁴⁷

Vereadora Maria Luz Nolasco⁰⁴⁸

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁴⁹

“Senhores Deputados, uma primeira nota só para a questão do estatuto da oposição, Senhor Deputado Marques Pereira, gostava que reparasse de facto naquilo que está plasmado na letra da Lei, que transmite que deverão ser ouvidos os partidos que não têm assento parlamentar, assento na Câmara Municipal, no órgão portanto. E portanto não foi isso que disse e gostava que revisse a Lei e visse o que é que está plasmado em concreto.

Em relação à Senhora Presidente da Junta de Esgueira, quanto à questão das Delegações de Competências discriminadas, sabem de facto nós durante cinco dos sete Orçamentos, apresentámos as Delegações de Competências discriminadas. No passado, anteriormente nem isso sempre aconteceu, não vamos agora falar dos momentos anteriores, foi uma prática que nós habituámos as pessoas nesta Assembleia, deixámos de o fazer! Deixámos de o fazer! Eu transmiti na última Assembleia, julgo eu, as razões porquê, mas posso novamente voltar a transmitir. Muitas vezes e em certos casos e o Senhor Presidente acabou depois de os reatar, acontecem alguns problemas, não de carácter político, mas até em termos técnicos, que são necessários corrigir. Ora nós ao termos as Delegações de Competências discriminadas por freguesia, obrigávamo-nos a uma revisão Orçamental e a trazer aqui à Assembleia Municipal novamente. Não digo que isso traga maior ou menor transparência, acho que a transparência está sempre salvaguardada no sentido em que na prestação de contas é informado de todos os montantes que são distribuídos a cada uma das Juntas. Mas para que não restem dúvidas e julgo que também o Senhor Presidente se recordará disso e poderá recordar todos os membros desta Câmara, nós pela primeira vez criámos critérios objetivos, definindo valores por metro quadrado na questão dos espaços verdes, por metro linear na questão das valetas, por metro linear nas questões dos passeios, em valores unitários quanto à questão dos tanques, às questões das fontes, às questões dos polidesportivos, etc. etc. Portanto esses montantes são conhecidos, não vale a pena nós estarmos a referi-los sempre, até porque eu não os tenho de cor, julgo eu que as valetas eram 31 cêntimos por metro linear, mas eu não os tenho de cor e portanto não os posso transmitir aqui, mas os critérios são iguais para todas as juntas em relação a isso. Obviamente as Juntas não são iguais, umas são maiores, outras são mais pequenas. No outro dia falámos com o Senhor Presidente de Eirol em relação à questão dos fontanários e que iria ser corrigido e portanto isso tudo é tratado e as pessoas sabem disso perfeitamente e os valores são claros para todos.

Quanto à questão das pavimentações, já referimos isso, houve juntas que de facto aceitaram, eu julgo que houve um lapso em relação à junta de Esgueira, nós não teremos falado sobre isso, no entanto a Junta de Freguesia de Esgueira é neste momento se calhar (e não vale a pena estarmos a falar nisso) é das privilegiadas, uma vez que já estamos na fase da adjudicação, não sei se vai à próxima Reunião, se na seguinte, não só em Esgueira mas também na Glória e em Aradas, já há alguns processos de pavimentações para adjudicação. Portanto os processos são normais, vêm à Assembleia, depois vão à Câmara.

Quanto às questões que referi posteriormente, são questões que eu próprio na semana passada fiz um despacho para os Serviços para acelerarem esse processo, houve dois lapsos em Esgueira e em Nariz, o Sr. Telmo já não está aqui, estão a ser corrigidos, foram um lapso técnico e o Presidente recordou-o e o Senhor Telmo a mesma coisa, foram processos que foram entregues várias vezes em mão, e eu não sei porquê, mas não vou agora comentar questões técnicas, terei que falar com os nossos funcionários.

Em relação a uma frase do João Carlos Valente, só a questão do mais honesto e mais transparente, Eu percebo aquilo que quis transmitir, mas não é verdade, o documento sempre foi transparente, sempre foi honesto, não era possível reduzir mais, não foi possível, não foi possível. O Partido Socialista, algumas questões. Documentos provisionais que julgo que depois

o Marques Pereira reforçou a questão, só na prestação de contas é que verificamos de facto a execução das mesmas, é correto.

Depois em relação à maior aproximação com da realidade, é um facto, tentamos sempre o máximo aproximar àquilo que devemos de facto pagar e é isso que nos tem movido sempre ao longo deste tempo.

Quanto à imagem ou à ideia que foi passada, de que este Orçamento tinha estes montantes apenas e só por força da Lei e por aquilo que foi alterado da Lei e queria-lhes dizer isto, por alteração da Lei, estamos a falar de uma redução de quinze milhões, de quinze milhões, nada mais que isso, os restantes vinte e cinco, estamos a falar por redução de compromissos e pela redução de dívida por opção e portanto não se passa essa ideia de que foi só por permissão legal.

Quanto aos projetos que se prescindem fazer, decorreu um ano, houve muitos processos, nomeadamente aqueles que têm participação comunitária e que foram avançando as obras e que foram reduzidos, houve outros que de facto nós deixámos de fazer e houve redução de montantes como aqui estão explanados em termos de Orçamento. E houve outros compromissos, como são conhecidos e que foram a reunião de Câmara, nomeadamente processos com as Juntas de Freguesia, foram anulados, as pessoas sabem e foram posteriormente avançados novos procedimentos.

Quanto a estimativas de receitas reais, julgo que não terão visto a minha intervenção inicial, uma vez que o Orçamento é dependente em cerca de quinze milhões (da receita) de execução física de empreitadas, isso obrigará a que se o Orçamento terá uma execução maior ou menor dependendo dessa mesma execução. Gostaria muito que o Orçamento ultrapassasse os 75% de execução, era bom sinal em termos daquilo que é o trabalho municipal dos serviços e não só dos políticos, isso dependerá dos vários factores.

Quanto às questões para, não há projetos para além de 2014. Projectos há, há muitos projetos, alguns já projetos executados em termos daquilo que é projetos de arquitectura, ao contrário do que havia anteriormente, há projetos estratégicos aprovados, não há é compromissos para o futuro, que é isso que este executivo não quer é que, comprometer executivos futuros, naquilo que venha a suceder. E portanto se repararem e só transmitir-vos uma ideia, se repararem aquilo que são despesas de funcionamento e é por isso que trazemos aqui os compromissos plurianuais que estão em execução.

Quanto àquilo que foi transmitido pelo deputado Olinto, emplacements Orçamentais, as regras em Portugal de execução Orçamental são muito claras, nós cumprimos-las com rigor. Todos os Orçamentos são trabalhados com os serviços numa óptica, que alguns gostam de chamar base0, eu gosto de chamar de execução e portanto é isso que é feito e nós procuramos sempre corrigir dentro do possível. Temos juros dos chamados juros do INH que agora é IRU, agora já não sei o que é porque já mudou outra vez de nome, estamos a falar de um acordo de pagamentos feito em 2005. É um processo que mesmo com a sua demora, o valor é bastante inferior àquilo que seria hoje um empréstimo normal e portanto não acho que tenha sido um mau processo. Há um mau processo porque não houve pagamento no passado, mas temos que ir tentando resolver.

Quanto à questão dos leasings imobiliários, como sabem ainda há bocadinho foi referido isso da questão do leasing e do nosso objectivo, fazer um fundo imobiliário, como todos sabem e acho que até era unanimemente aqui aceite que seria um processo muito interessante em termos de dívida camarária, vivemos um momento financeiro que vivemos, infelizmente as instituições de crédito não estão muito disponíveis para esse tipo de fundo, nomeadamente aquilo que nós pretendíamos fazer e portanto é muito complicado e temos que continuar a fazer estes pagamentos.

Quanto aos montantes de prestações de serviços, nalguns casos são elevados, nós estamos a falar sempre quando é obrigatório ter processos com financiamento, obriga-nos a ter algum tipo de prestações de serviços externos, tirando esses casos normalmente preferimos sempre fazer internamente. Enquadramentos com o Plano de Saneamento Financeiro e com o PEC, eles são

sempre executados, qualquer projecto nomeadamente os financiados passam sempre por esse crivo. E portanto o Orçamento enquadra-se nisso.

BE, os livros e jornais para a biblioteca. Era disso que estamos falar.

Quanto à escola Mário Sacramento, é uma escola da Parque Escolar e portanto não entra nas contas da educação municipal.

Quanto a multas, acho que isso é uma questão técnica, não é preciso estar a referir.

Boas práticas, em relação à questão do software, eu sei que nós de facto somos um município reconhecido em termos de boas práticas e somos uma cidade inteligente, segundo as últimas análises a questão do software livre, dizer isso, eu espero que o seu computador tenha de facto o Linux e que seja bem utilizado. Dizer-lhe também isto, o município tem servidores Linux, o que não quer que não tenha que pagar as prestações associadas a manter o serviço. Não, não estamos a falar da utilização de casa a casa e não lhe vou dizer quantos milhões é que gastou recentemente uma grande empresa portuguesa, para fazer a transformação dos montantes. De qualquer forma e uma vez que estamos a falar disso, dizer-lhes que os valores estão aí, uma parte é de facto dívida do passado que estamos a saldar.

Quanto à distribuição para as Juntas de Freguesia que foram apontadas pelo deputado do PP, julgo que já referi.

A questão dos terrenos, também já expliquei isso na Sessão anterior, eu acho eu como a obrigação depois os terrenos quando atingem determinados montantes, ter eu vir aqui, até acho que é mais transparentes para a Assembleia mas isso são outras situações. Delegações de Competência já falámos.

Por último a questão dos experimentalistas, gestão do experimentalismo que foi referido aqui pelo deputado Gonçalo Fonseca e a questão da venda da AdRA, é um exemplo disso mesmo, depois fez umas considerações, eu posso referir na segunda fase mas dizer isto, quando chegámos ao município, as receitas da Câmara são muito claras, aliás acho que o Governo agora quer que as receitas das Câmaras sejam quase todas iguais que é IMI e IMT, taxas de licenciamento de obras, multas e pequenas vendas de serviços. Aquilo que foi garantido com a venda da AdRA é que o município de Aveiro nos próximos 46 anos tenha em média uma receita anual de um milhão de euros por ano. Significa que quem vier para aqui, conta com uma receita corrente todos os anos deste montante. Isto é interessante para o futuro, não é uma gestão de hoje, não é uma gestão para amanhã, é uma gestão para o futuro, é uma boa opção. É a opção em se falar com os gestores no município, com certeza que lhe apontar isso. Isso significa que este executivo que decidiu isso, não quis ficar com o dinheiro todo para fazer obras, quis de facto que houvesse sustentabilidade financeira, que foi algo que não nos deixaram. Muitas vezes fala-se da obra e a dívida serve para pagar a obra, porque estamos a fazer um crescimento e a cidade cresceu muito, o problema é que esse crescimento não teve sustentabilidade. Hoje em dia a sustentabilidade, fala-se muito, mas é nesses pequenos pormenores, este negócio foi sustentável para o município, para o futuro, não foi só para o município, foi para todas as Câmaras que vierem a seguir. Muito obrigado.”

Vereador Carlos Santos:[050](#)

“Senhoras e Senhores Deputados muito boa-noite. Eu queria falar um pouco sobre delapidação do património. Que nós delapidamos património e eu como sou uma pessoa que durmo descansado porque não tenho jeito para grandes negócios, nem ando metido em negociatas, devo dizer o seguinte: o negócio da AdRA, tal como o negócio das piscinas, são negócios do anterior mandato — são negócios do anterior mandato. E nós já fomos penalizados ou melhor, nós fomos premiados por esses maus negócios que fizemos porque tudo isso ocorreu no primeiro mandato.

Em relação ao negócio da AdRA, eu gostaria de dizer que é um negócio de onze Câmaras Municipais, todas as Câmaras Municipais da área da CIRA, e que Aveiro pela forma como

esteve, julgo que esteve bem nesse processo, e julgo que não há dúvidas nenhuma em relação acerca disso.

Mas eu queria hoje contar-vos um pouco a história das piscinas. Toda a gente fala na história das piscinas e eu acho que também tenho direito a falar e há pessoas que deviam ter cuidado nesta fase do campeonato por razões óbvias, estarem a falar sobre as piscinas.

Há pessoas que deviam ter muito cuidado, porque há autoridades que estão à vontade para julgar isso, para tratar desse assunto e tratá-lo bem. Mas eu gostaria, porque eu aprendi a nadar numa piscina onde é o pavilhão do Beira-mar, onde é o atual pavilhão do Beira-mar, aprendi a nadar e gosto das piscinas e acho que as piscinas são importantes. Mas gostaria de dizer a todos, que não foi a Câmara Municipal que encerrou as piscinas.

Eu dou-vos a todos vós textos de jornais que dizem em que altura é que as piscinas foram fechadas e porque é que elas foram fechadas. Portanto as piscinas foram fechadas por decisão da comissão administrativa do Beira-Mar em 2009. Houve uma inspeção da Administração Regional de Saúde às piscinas, apresentaram um preço para a reparação das piscinas e uma postura a seguir para utilização das piscinas que inviabilizou a utilização das piscinas, não foi a Câmara Municipal de Aveiro que fechou piscinas rigorosamente nenhuma.

E curiosamente a Câmara Municipal de Aveiro, porque acha que as piscinas são importantes, levou a Reunião de Câmara um procedimento para construção de piscinas. Levou a Reunião de Câmara a construção de piscinas e de um parque desportivo, em que a Câmara não gastava um tostão. E todos sabem, e todos sabem, que aqui na reunião da Assembleia Municipal, esse projecto foi inviabilizado. E eu aconselhava ao PS a ler o que disseram sobre a tal “negociata” que poderia haver, desse modelo concorrencial que levámos a Reunião de Câmara.

Portanto não havia negociata rigorosamente nenhuma, como nunca houve em relação a isso. E eu se há coisa que me custa é continuar a ouvir falar em meter a Câmara em negociatas de piscinas! Não estou a ver! A Câmara Municipal de Aveiro não fechou piscinas nenhuma! Mas eu posso demonstrar isso a quem quiser facultando jornais e textos da altura que dizem quem fechou as piscinas.

Avaliações de quatro milhões, sete milhões, dez milhões, doze milhões! Houve uma altura em que determinadas avaliações podiam ser feitas e houve alturas em que a realidade do país era outra e as avaliações deixam de o ser. As pessoas continuam a falar em negócios à vontade, mas nós para esses dois negócios já demos e fomos julgados.

Em relação ao negócio da Moveaveiro. O negócio é um negócio simples nesta fase do campeonato é um negócio simples. Há melhores transportes colectivos rodoviários, eles estão a fazer-se, há quatro linhas que a Moveaveiro está a fazer. Há quatro linhas que a outra empresa está a fazer, as coisas estão a funcionar pacificamente e não há problema rigorosamente nenhum em relação a esse aspecto.

Eu só queria tocar nesta área dos negócios, porque andamos sempre em ‘negócios’! Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:[051](#)

“Duas notas finais, a primeira recordam-se do tempo em que éramos acusados aqui de que não tínhamos rumo, que não tínhamos ideias. Esta passagem dos cento e noventa e um milhões para os setenta e três milhões, eu não sei se conseguem perceber, mais do que o valor, mais do que a diferença, significa que houve um rumo, que houve um caminho que foi definido, com objetivos que foram traçados e que se atingiram. No essencial procurámos sempre nestes sete anos o equilíbrio das contas e a credibilização do município. Não foi fácil, foi muitas vezes e continua a ser muito difícil e dramático, fundamentalmente porque há entidades que sofrem directamente com estas dificuldades, nomeadamente as Juntas de Freguesia, que sentem no concreto essa impossibilidade de nós as podermos ajudar, conforme gostaríamos. Mas tinha que ser assim, não havia outro caminho, o dever tem custos brutais como sabem e nós sentimos isso nos primeiros anos através dos juros que nós temos que pagar. Foi feito este caminho com

preocupação política? Claro que não. Claro que isso se fosse a preocupação política, era fazer muitas obras, o que é fácil fazer, é só mandar executar as obras. Foi feito com responsabilidade para tornar o município mais regível. Uma nota mais quanto ao ciclo de 2013, das obras que estão previstas, não ficam obras para 2014! Esse é o nosso dever, este é um ciclo de quatro anos, não é uma prova de cem metros, são quatro anos e durante quatro anos temos o dever de programar as coisas, para que no final, no essencial a maior parte daquilo que foi pensado esteja concretizado. 2013 fecha um ciclo. 2014 até por respeito a quem vai concorrer, por respeito às propostas que vai fazer, naturalmente que 2014, abrirá um novo ciclo.

Última nota para o Dr. Paulo Jesus, centrou a Comunicação nos compromissos da coligação, ainda faltam dez meses para o termo do mandato naturalmente, a contabilidade continua a ser feita, com rigor, com atenção, certamente com falhas, com omissões nesse processo, mas sempre com a máxima seriedade e sempre com o máximo empenho que dedicamos a esses compromissos.

Por último a questão da Educação e na forma penso que desinteressada, como terá dito que nós actuamos na área da educação. Recorrentemente esse tema é aqui suscitado, é aqui colocado, esse desinteresse da coligação pela educação e por oposição naquilo que seria a paixão e que seria o forte investimento que o PS faria, se estivesse na gestão do município. Deixem-me só dar números que eu solicitei, porque às vezes ajudam-nos não no campo teórico, mas no campo prático, concreto, vamos aos números. Solicitei ao DEF, que me indicasse quanto é que o município de Aveiro gastou, gastou, não é quanto é que tinha Orçamentado, quanto é que gastou efetivamente de 98 a 2009 da Educação, quanto é que gastou?

Resposta, gastou, pago em concreto, não é sonhos nem desejos, nem vontades nem intenções, muito bem. A resposta que eles deram, que se gastou nesse período todo foi dezoito milhões. Portanto em doze anos o município gastou dezoito milhões de euros.

E perguntei ao Dr. Pedro Ferreira se era capaz de fazer uma estimativa dos gastos da Educação para este mandato. O Dr. Pedro Ferreira indicou-me catorze milhões de gastos no total na Educação. O que quer dizer que em dezasseis anos temos gastos aqui trinta e dois milhões de euros que o município vai gastar, vai investir na Educação. Volto a referir são despesas concretas.

E depois perguntei mais. Quanto é que o município gastou entre 98 e 2005 na Educação, sabendo até que no segundo mandato a Educação foi apresentada com uma grande paixão dessa altura, sabendo nós também que estávamos numa altura de vacas gordas, em que havia investimentos colossais que o município fazia todo o tipo de obras. E a resposta que nos foi dada foi a seguinte: nesses dois mandatos o gasto do município em Educação foi de seis milhões e meio. Foi quanto gastou, o que dá uma média de oitocentos mil euros por ano, que foram gastos na Educação.

Quanto aqui restou para os últimos dois mandatos. Portanto estes dois mandatos que nós fizemos, são vinte e cinco milhões e meio.

Isto quer dizer e falamos de números, não falamos de intenções, é realmente formidável, é formidável, é espectacular, num momento de dificuldades em que reduzimos o Orçamento de cento e noventa e um milhões para setenta e três milhões, a aposta na Educação quase quadruplicou no mesmo período de tempo daquela que foi feita na altura pelo PS.

E esta dicotomia discursiva entre aquilo que se diz aqui e aquilo que depois se gastou efetivamente, leva a que quem o diga perca credibilidade. Porque os números, a factualidade é exactamente ao contrário daquilo que é dito. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[052](#)

“Bem falou-se muito aqui na primeira volta da Acção Social. Quem nos estivesse a ouvir, até poderia pensar que neste Orçamento houve uma preocupação social por um segundo que fosse.

Não houve. A Acção Social desta Câmara é uma fraude e não chega sequer a 1% do Orçamento. As preocupações sociais não existem para vocês, não existem em Aveiro. Encontrem uma linha de acção social direta na Câmara neste Orçamento, um euro que seja! Não há. Houve aqui um deputado do PSD, de quem eu não tenho o prazer de saber o nome porque acho que foi a primeira vez que o ouvi falar, que elogiou a saída de mais de trezentos funcionários da Câmara e das empresas municipais. Eu percebo porque é que esse deputado se congratulou com o desemprego. É fácil, é por ser de direita. Eu fiz-lhe uma pergunta e ele respondeu-me com uma mentira, disse que nenhum está desempregado, ou mentiu ou então não sabe simplesmente por exemplo que a Transdev apenas contratou oito dos dezassete que prometeu incluir nos seus quadros e que a Moveaveiro há-de estar neste momento a pressionar o resto para os despedir o mais depressa possível. Portanto sim há problemas. E é esta Câmara que lança trabalhadores para o desemprego, que é responsável por ter uma parte significativa da população mais pobre em Aveiro sem água canalizada em casa, que também abdica totalmente daquilo que devia ser o seu papel social directo no concelho. A verdade é só uma, vocês são uma nulidade do ponto de vista político em termos sociais, números orçamentados para a acção social direta em Aveiro não existem, repito, é uma fraude! Oito mil cento e quarenta e cinco euros para reabilitação social. Depois na habitação social vamos ter mais um ano de degradação total de canalização no Bairro de Santiago, aquilo que foi prometido e não é cumprido e da degradação geral. Sessenta mil euros para construção, cinquenta e cinco mil para reparações! Onde é que estão os tais cento e cinquenta mil só para as obras da canalização que foram aqui anunciados? Não estão. Esperem aí, há mais uma verba para outros investimentos na acção social. Fantástico, há uma esperança, oitocentos e quarenta euros. Não, também não me parece que sirva para nada. Fica o programa “Aveiro Social”, com dez mil euros para IPSS’s, dez mil euros para as Juntas. Esta é uma das bandeiras deste Orçamento e é outra fraude. Só há mais duas. Se na acção social estamos falados, falo também de mais uma etapa de reforma do Parque Escolar. É mentira, não há nenhuma reforma do Parque Escolar, o que há é que por vossa exclusiva responsabilidade, houve instalações no Parque Escolar em Aveiro, que chegaram a uma situação insustentável, com frio e chuva dentro das salas de aula e portanto não podiam adiar isto.

Por último outra bandeira, reparação na rede viária. As estradas, os arruamentos e os passeios municipais. São quase três milhões de euros, que num concelho que está com as vias totalmente esburacadas, foram retirados do Orçamento do ano anterior e passaram para este ano por uma razão muito simples, vocês não estão preocupados com buracos, estão preocupados com as eleições, aquelas que vão perder! Em Setembro próximo a Câmara Municipal vai tentar tapar todas as suas políticas erradas com alcatrão, mas não vai conseguir. De resto e sobre o que os Vereadores disseram, a Vereadora Teresa Christo falou pouco e na verdade foi a primeira vez que a ouvi, compreendo que tenha falado pouco, creio que tem um Pelouro da Acção Social e nunca a ouvi falar sobre isso. Hoje também não. E o facto de não ter nada para dizer sobre isso, é apenas o sublinhar daquilo que aqui foi dito pelo deputado do PSD Manuel António Coimbra e que tem pelo menos o condão de não nos enganar nessa matéria, como pretende este Orçamento. A acção social faz-se com pouco dinheiro, “disse”, faz-se com pouco dinheiro para a direita, para a direita aliás, não se faz e não é preciso dinheiro.

Vereadora Maria da Luz também falou pouco. Obrigado. Sobre o Teatro Aveirense, se ainda não o sabe digo-lhe agora, o Teatro Aveirense é neste momento motivo de “chacota”, um pouco por todo o país no meio cultural!

Vereador Pedro Ferreira, “disse”, aquilo que foi garantido como venda da AdRA, foi uma receita de cerca de um milhão de euros por muitos anos. Não, não foi. Aquilo que foi garantido e que já está a acontecer é que muitos cidadãos não podem ter água em casa por sua responsabilidade, porque não têm dinheiro para pagar a factura e mais, que a Câmara Municipal nem sequer tem agora mecanismos para combater esse aumento de preços.

A única Câmara onde o preço da água desceu no distrito de Aveiro, e desde esse negócio, desde esse péssimo negócio foi precisamente uma Câmara que não aderiu a essa negociata, foi em Anadia precisamente.

Aqui em Aveiro, os consumidores da água não podem ter mais um controle público sobre aquilo que consomem!

Vereador Carlos Santos, a Câmara Municipal não fechou piscinas nenhuma disse. Bem, fantástico! Tínhamos umas piscinas que eram da autarquia, que funcionaram durante anos e deixaram de funcionar. Agora estão fechadas, mas a Câmara não as fechou!? Bem tem razão, a Câmara não se limitou a fechá-las, conseguiu vende-las por meia pataca e destruí-las. Eu até diria que nunca estiveram tão abertas como actualmente, nem vidros têm, nem janelas. Nesse aspecto tem razão.

Disse também que não há problema nenhum relativamente à passagem de algumas linhas da Moveaveiro para a Transdev. Bem se calhar foi o seu ‘genro’ que lhe disse isso e acreditou — mas olhe que não é verdade.

Não é verdade. Há vários problemas como eu já referi aqui há bocado e o que se refere a desemprego. Informe-se melhor sobre isso.

Gostava ainda de referir aqui por último uma verba de cento e trinta e um mil euros e o capital social do PCI, Parque de Ciência e Inovação. Vão gastar mais, numa negociata falhada, do que no propalado programa “Aveiro Solidário”.

Vão gastar mais de cem mil euros num projecto que não é nem vai ser Parque de Ciência e Inovação nenhum, mas sim um roubo de casas e terrenos a pequenos proprietários em Aveiro e Ílhavo, para um projecto que até já tem prevista a construção de alguns parques de golfe.

Nós estamos atentos a esse projecto e vamos continuar a estar atentos a mais uma fraude. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰⁵³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰⁵⁴

“Era um Ponto de Ordem à Mesa. Eu queria fazer aqui, porque este género de intervenções ou se provam ou não dignificam nada esta Assembleia.

Porque foi dito uma série de afirmações que não era bom que nós aqui ouvíssemos, porque quem não conhece o deputado do Bloco de Esquerda poderá ficar a pensar que aquilo que ele disse é verdade! E tudo aquilo que ele disse não faz sentido nenhum. Aliás, e para provar isso eu fazia uma pergunta que era, já que ele começou por refutar os dados que aqui foram lançados da bancada do PSD no que diz respeito à empregabilidade das pessoas que têm deixado de ser funcionários da Câmara e disse que havia despedimentos e depois não foi capaz de dizer um caso de um despedimento, nisso desafiava-o com este exemplo, usava este exemplo para todos, todos os outros exemplos que acabou de dar no seu discurso.

Quantas pessoas foram postas no desemprego por esta Câmara, pelo facto de ter havido a transferência dos serviços para a Transdev? Eu comecei por dizer que fazia um ponto de ordem e depois fazia uma pergunta. Eu sei que a Senhora Presidente da Mesa em exercício ouviu, mas os meus colegas de bancada estavam distraídos. E por isso eu gostaria de retomar a pergunta. Eu sei que a pergunta também é incómoda para o Partido Socialista, porque o PS também tem estado várias vezes a dizer e a desinformar a opinião pública quanto a eventuais despedimentos, pelo facto de a Moveaveiro ter andado a despedir pessoas, não é verdade. E por isso volto à pergunta ao BE, quantas pessoas é que foram despedidas pela Moveaveiro? Quantas? Um número.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰⁵⁵

“Bem, não eram apenas os deputados do PSD que estavam distraídos, o próprio deputado Manuel António Coimbra também estava. Porque eu referi precisamente os números do exemplo que me pergunta e porque o Bloco tem estado em contacto com os trabalhadores também da

Moveaveiro, eu digo-lhe esses números. Dos 50 que neste momento não estão a trabalhar na Moveaveiro porque não têm serviço, houve 17 que (e foi aqui dito pelo Presidente Élio Maia) que supostamente iam para a Transdev. Desses 17 estão lá 8, os outros não foram admitidos na Transdev. E os outros não estão em lado nenhum. Estão 33 que estão no desemprego. 33 estão neste momento a ser pressionados porque nós sabemos isto, para irem para o olho da rua.”

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁵⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵⁷

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento: ⁰⁵⁸

“Porque fui referenciado, só para fazer um esclarecimento com toda a simpatia. Eu só falei de documentos! Falei de um único documento. Aliás, falei de vários tipos de documentos sobre um único assunto que tem a ver com a questão da avaliação dos terrenos das Piscinas do Beira Mar.

Tenho todo o gosto em poder trazer cá essa informação quando o Sr. Vereador que ainda há bocado confirmou, felizmente foi boa a minha intervenção, porque o Sr. Vereador já confirmou que também a Câmara recebeu avaliações noutros tempos. Vamos saber quais. Quando for suscitada essa discussão cá estamos todos.

Aliás, eles são públicos e, portanto, cá estaremos todos para discutir isso.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário, nos termos regimentais, a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando qualquer objeção.

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁹

“Esta última intervenção é muito interessante, de facto muito interessante. E é preciso ir ao documento e ver o que aqui está, nomeadamente (ao documento que nos foi apresentado) um anexo que diz, “mapa dos encargos anuais com empréstimos”. Eu vou citar aqui só dois ou três exemplos, que é para ver se algumas questões se mantêm coerentes; 96 Fogo em Santiago, 18 de Fevereiro de 87, é a data de contratação do empréstimo. Foi feito durante 25 anos o empréstimo da contratação. Sabe quem é que estava (o Sr. Deputado Paulo Marques sabe quem é que estava certeza) no executivo nesta altura? Mas eu não estou a dizer isto e repito novamente, não considerando isto como um negócio de má gestão. Agora eu paro para perceber é que este documento teve uma virtude, teve uma virtude e a virtude que teve foi a de finalmente percebermos de viva voz, qual é o pensamento do executivo sobre a gestão municipal? Isso é claro hoje. E portanto o pensamento do executivo sobre a gestão municipal, que está na moda a privar de sustentável, é um pensamento que se resume a fazer ou a assumir compromissos, até à data em que o mandato termina ou seja, qualquer compromisso que ultrapasse esse período de longevidade não deve ser assumido, para não onerar os executivos futuros. Pois o problema é que a visão é precisamente ao contrário. Os compromissos não são dos executivos municipais, são feitos e assumidos para os munícipes e não para as pessoas se reelegerem. E por isso é que os compromissos e alguns deles nem sequer são exequíveis nos quatro anos, mas a perspectiva de curto prazo conduz-nos àquilo que não está aqui espelhado e que foi assumido por vários executivos que assumiram os destinos desta Câmara Municipal ao longo de vários anos. Assumiram obras, compromissos, durante vários anos e financiados a vários anos e muito bem. E muito bem. É pena finalmente, que a justificação sacada à última da hora não bata certo, porque neste documento (alguns terminam no ano de 2013) sabe quais são? São os compromissos, muito bem. Mas os compromissos de prestações de serviços que aqui estão ultrapassam 2013 e vão para 2014 e 2015.

E eu gostava de perceber, porque é que num lado em termos de investimentos adotamos um critério que é o de não deixar nenhuma herança para quem vem a seguir e no outro assumimos compromissos de prestações de serviços? Que nem sequer são por concurso público!

E note que eu não tenho nenhum preconceito contra os ajustes diretos. Mas nem sequer são para concurso público e, portanto, porque é que nós num lado assumimos compromissos que terminam em 2013 e no outro assumimos compromissos que terminam em 2016? Ah, aí já não há qualquer problema em deixar a herança para o executivo que venha a seguir depois das eleições terminadas!

Para terminar volto a repetir aquilo que disse. Este é um documento construído à volta daquilo que é o ano de 2013 e aquilo que vai acontecer no ano de 2013.

Vamos ver se a Câmara Municipal e o seu executivo atual conseguem cumprir aquilo que aqui está. Facto sobre o qual tenho algumas dúvidas em virtude das receitas que aqui estão apontadas sobre este assunto.

Está a intervenção terminada, gostava de acrescentar só mais um ponto, relativamente a algumas questões que aqui foram citadas e que influem muito aqui este documento, a AdRA.

O Senhor Vereador disse que vamos ter um milhão de euros por ano!?

Isso é uma análise redutora do negócio que foi feito. Porque para fazer uma análise completa teriam obrigatoriamente que incluir aqui qual foi a ‘receita’ que os Serviços Municipalizados prescindiram anualmente relativamente àquilo que prestavam em termos de serviços de água.

E mais, quando alienou este negócio, o município que tinha quase 100% de cobertura de rede. E portanto o negócio, a alienação, não se resume apenas àquilo que nós vamos obter em termos de um milhão de euros por ano, resume-se ao activo que foi alvo de investimento, mais uma vez plurianual, que atravessou vários executivos. E a Lei contra a qual os Senhores são contra e esse negócio inclui o activo que foi alienado e que neste município era superior a todos os municípios que incluem a gora a AdRA e que também foram englobados.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁰

“O que resultou claro das explicações que foram feitas e até da intervenção do meu colega de bancada é que este é o Orçamento da “rotundazinha” — é o dilema da “rotundazinha”.

É a obrazinha que acaba em 2013 e vamos lá ver se isto corre bem para as eleições que aí vem! Parece que isso ficou claramente demonstrado. E a demonstração clara e a grande diferencial, é o que dizia o meu colega de bancada Francisco Picado. É que para a Local Televisão, estou a partir do principio que será esse, se não for esse há-de haver outros de certeza, não há problema nenhum de fazer assumir o compromisso para o futuro e de pôr os prazos dos anos. Mas para a “obrazinha” da “rotundazinha”, tem que ser já, porque tem que ficar pronto. Até é bom que se honrem os compromissos até Setembro ou Junho Senhor Presidente de Câmara. Porque nada nos diz que as eleições autárquicas não possam ser em Junho deste ano! Nada nos diz que não possam ser em Junho deste ano. Não está absolutamente definido que será em Setembro.

E portanto vamos lá ver se essa questão de fazer essa preocupação com a “rotundazinha”, estou-lhe a dizer a rotunda, para não tentar puxar a ponte ou um jardim de betão que está no Alboi neste momento, não vejo onde é que isso vai ser colocado. Caro Vereador Dr. Pedro Ferreira, a argumentação que fez para as Delegações de Competências das Juntas de Freguesia, enfim é uma argumentação. Mas faz com que do seu ponto de vista, por absurdo, o Orçamento devia então ter uma rubrica só!? Que é para estarmos sempre preparados para utilizar as verbas todas em qualquer circunstância.

Os Orçamentos e a estrutura dos Orçamentos são feitas rubrica a rubrica. Para haver alguma clareza na forma como é gasta a verba. E parece evidente e o Senhor Vereador será sensível a isso. E tem que se perceber quais são as opções políticas. E as Juntas de Freguesia não têm nada a ver com as coisas eleitorais — pode haver uma Junta de Freguesia que esteja mais necessitada do que outra. Se calhar Aradas poderá estar mais necessitada, provavelmente Santa Joana tem estado mais. Mas por isso é que o Senhor Presidente acha que é mais sorte, não!

*Santa Joana é que tem passado mais dificuldades das Juntas de Freguesia em detrimento por exemplo de Esgueira que está um brinquinho! Está um brinquinho!
E foi isso que ficou claro e é isso que o PS não concorda. Independentemente da argumentação que usou de algumas necessidades que pudessem surgir. Tinha ficado bem que esta Câmara tivesse optado pelo regresso à separação e à clareza das verbas que gasta nas Delegações de Competências com as Juntas de Freguesias. Enfim, é uma opção política deste executivo que eu pessoalmente e o meu partido reprovam.”*

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[061](#)

“Sr. Presidente da Assembleia. Eu sinceramente não estou nada preocupado que as obras do Sr. Presidente da Câmara apresentem sejam eleitoralistas. Eu queria, era que ele fizesse qualquer coisa. Muito sinceramente. Eu gostava que ao menos ele alcatroasse as estradas.

Eu sei que ele não se atreve a fazer nada, mas ao menos que pusesse um tapete nessas estradas que estão uma vergonha.

A Freguesia de Aradas é uma freguesia mártir quanto a isso. É uma vergonha. Eu próprio já rebentei dois pneus da frente do carro, e não são pneus baratos, gastei oitocentos euros. Um em frente ao “Pirona” e outro quase a chegar em frente à minha mãe na rua da Pilôta.

Façam alguma coisa por Aveiro. Sr. Presidente da Assembleia peça-lhe que interceda no sentido de ver se faz alguma coisa.

Eu fui no outro dia ao lago do Parque. O lago do Parque tinha lá dez mil garrafas de plástico. Não seriam dez mil, não as estive a contar, mas tinha um montão de garrafas de plástico. Uma pessoa olha para qualquer lado e não vê um jardim direito, não vê uma rotunda, não sei quantos. Quando vimos a entrar para Aveiro a água na Avenida da Universidade chega a passar por cima do separador central. São sete anos.

Sr. Presidente interceda lá a ver se, já não quero mais nada, ao menos seja lá eleitoralista e ponha uma data de alcatrão nas estradas. Quem sai do ISCAA, eu sei que o Presidente da Junta de Freguesia tem feito lá muitas coisas, mas há lá uns buracos que não deixam sair, e temos de ir pelo sentido proibido. Por amor de Deus, já chega!? Deixem de sacrificar os aveirenses. Emigrem. Já anseio (felizmente) pela nova lei que vem das finanças locais porque ao menos pode ser que tenhamos cá algum técnico, seja da Troika, não seja da Troika, seja de quem seja, seja do que seja, mas ao menos que tome conta disto porque de facto isto não está em condições. A cidade está aí, o concelho está uma desgraça. Quero lá saber que sejam eleitoralistas ou não, façam alguma coisa por vocês abaixo.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[062](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Houve já um colega meu de bancada, uma vez que usou a palavra epifania. Mas eu estive aqui a pensar da melhor forma de classificar a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, mas eu acho que o Senhor Presidente se revelou com a sua intervenção. E revelou-se como o Presidente como a coligação que já se vem revelando há vários anos. E se revelou de várias formas, porque para quem anda com a palavra seriedade nesta Assembleia na boca de forma repetida, quando é confrontado com as ilusões que andou a vender há três anos para ganhar eleições, quando é confrontado com o facto de não ter cumprido 90% dos investimentos mais avultados que propunha para o município, mais estruturantes para o município, diz zero. Zero sobre isso.

E portanto quem diz que isto é uma forma séria de fazer política, revela-se e revela-se para os aveirenses. Quando depois invoca questões de crise, etc., etc., Oh Senhor Vereador Pedro Ferreira, em 2009 estávamos no pico da crise financeira mundial! Quantos bancos é que emprestavam dinheiro nessa altura? O Senhor quer-nos vender que colocou isto e que não conseguiu executar porque os Bancos não emprestam? Mas emprestavam quando o Senhor pôs

isto aqui. É evidente que não era sério, que isto não era exequível. E os eleitores de boa-fé interpretaram que os Senhores iriam fazer o que diziam aqui — e não fizeram nada, praticamente nada. Só aqui as coisas que estavam já financiadas do anterior mandato é que vão conseguir executar e assim e vamos ver, porque com os atrasos, paragens, etc. que estão a acontecer nas obras, vamos ver se conseguem, se ao menos isso conseguem.

Sobre a questão da Educação. Eu devo dizer Senhor Presidente com toda a frontalidade e nós já debatemos aqui política há três anos e eu acho que o Senhor Presidente chegou ao grau zero da seriedade política da forma como tratou a Educação.

Porque o Senhor Presidente sabe muito bem que não se pode comparar os níveis de investimento da educação dos mandatos do partido socialista, do CDS, com os níveis de investimento em educação nos seus mandatos. Porque em primeiro lugar de forma mais relevante, quando o PS era Governo, quando o CDS era Governo, não havia financiamento para construir as escolas a 85%. E portanto os seis milhões e meio gastos foram da barriga, do Orçamento do município.

Se os seis milhões e meio que o Senhor Presidente referiu, fossem os 15% de financiamento das escolas o Partido Socialista tinha investido quarenta e cinco milhões em Educação.

É assim. É assim, são contas, é uma regra três simples Senhor Vereador, é uma regra três simples.

Não havia delegações de competências na área da alimentação das crianças como é evidente. Quando o Senhor Vereador na última Assembleia nos disse que gasta um milhão e meio de euros por ano, isso faz parte dos vinte e cinco milhões, de que eu tenho muitas dúvidas que os Senhor Presidente, depois da sua intervenção sejam mesmo vinte e cinco milhões!

Não havia actividades de enriquecimento curricular que vêm com um pacote financeiro; a gestão do pessoal não docente, as delegações dessas competências todas na área da educação. Sejamos sérios Senhores Deputados! Uma questão tão importante como a Educação, um mínimo de seriedade, um mínimo de seriedade é o que se exige.

E portanto, Senhor Presidente, eu acho que se revelou. Não sei se foi na epifania se não, mas acho que ficou claro para os aveirenses o nível de seriedade com que esta coligação trata os destinos e os seus municípios e o município. Disse.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[063](#)

“Muito obrigado, serei rápido até porque de revelação em revelação este debate está-se a tornar uma triste conclusão para Aveiro.

A segunda revelação é esta perspectiva de vistas curtas que o Sr. Presidente tem. Não sabia que o Sr. Presidente tinha esta perspectiva de governar só para quatro anos.

Bem... para que é o Plano estratégico? Porquê pensar na Avenida Dr. Lourenço Peixinho se só pode fazê-la daqui a cinco ou seis anos?

É que o Sr. Presidente compara, como agora fez esse exercício demagógico dos gastos com a Educação, para ser o campeão do gasto do dinheiro, mas cinco minutos antes quer ser o campeão da poupança do dinheiro.

Para a Educação já houve dinheiro. Claro que houve dinheiro porque não é seu, foi do QREN. Como o Sr. costuma dizer o dinheiro da Europa não é nosso é do QREN. Para isso já houve já ficou à frente no top. Quando estamos a falar de outro tipo de obras, de outro tipo de apoio, etc., aí já foram os Socialistas despesistas que não lhe deixaram dinheiro. Ao menos mantenha uma linha de raciocínio, uma linha de coerência, relativamente a isto. Já lho disse na última Assembleia Municipal. É terrível um político não ter a capacidade, um político com responsabilidade, não ter a capacidade de fazer um mea-culpa. De vez em quando ficava-lhe bem dizer “de facto, nós não investimos muito nisto porque investimos naquilo”.

Está sempre a olhar para trás. Sempre a olhar para trás. E é terrível como é que de Assembleia em Assembleia, de discussão em discussão, de tema em tema, muda a sua coerência em relação a isto. O Sr. Presidente agendou para a última sessão ordinária uma proposta que queria

*concessionar o estacionamento público à superfície por sessenta anos!? E tem agora a lata de dizer, ‘a lata’, às pessoas que nos estão a ouvir que só toma compromissos que não vão entalar ninguém e que não vai algemar ninguém para o próximo mandato? É preciso ter lata Sr. Presidente. É preciso ter lata — é incompreensível isto!
Mas se não for e se nós estivermos errados, explique pelo menos uma coisinha nesta Assembleia porque ainda não fez nada disso. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa [064](#)

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação, por alíneas, o Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento, da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro para 2013, Mapa do Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, e autorização genérica para a realização de Compromissos Plurianuais ao abrigo da Lei 8/2012 – aprovação.

- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e mapa do pessoal para 2013. Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por maioria,[065](#) com vinte cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), zero abstenções e doze votos contra (PS9+BE2+PCP1).
- b) Serviços Municipalizados de Aveiro. Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por maioria,[066](#) com vinte cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), zero abstenções e doze votos contra (PS9+BE2+PCP1).
- c) Autorização genérica para a realização de Compromissos Plurianuais ao abrigo da Lei 8/2012 – aprovação. Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por maioria,[067](#) com vinte cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), zero abstenções e doze votos contra (PS9+BE2+PCP1).

Seguiram-se a declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro:[069](#)

“Para solicitar que todas as nossas intervenções ficassem em ata. E declaramos o nosso voto, voto de vencido.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):[070](#)

“A bancada do PSD votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro para 2013, que totalizam setenta e três milhões de euros, por considerar que responde às necessidades municipais mais prementes, numa época de recessão económica a nível nacional e de equilíbrio financeiro a nível municipal, privilegiando a reforma do Parque Escolar, o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Juntas de Freguesia, para o apoio social local e a reparação da rede viária. Este Orçamento responde ainda às necessidades de regeneração urbana, de apoio ao Desporto e à Cultura e de abertura à participação dos cidadãos através da implementação do Orçamento Participativo com nove projetos escolhidos por grupos de cidadãos. É um Orçamento que honra os compromissos financeiros do município, responde à gestão rigorosa e realista que a Câmara Municipal de Aveiro tem levado a cabo, e busca a realização de obra através da aposta em projetos com participação por fundos comunitários e nacionais concebidos pelo mérito das candidaturas municipais apresentadas e é ainda um Orçamento solidário e justo para as pessoas, as famílias, e as empresas, pois cumpre o pacote fiscal

aprovado por esta Assembleia, que reduz a carga fiscal aplicável ao município de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro:⁰⁷¹

“Gostaria também de fazer constar a minha intervenção que tive no início desta sessão. E gostaria de juntar a isso o voto de vencido.”

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada⁰⁷² **por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

De seguida o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁷³ **a segunda reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 09 de Janeiro (4.ª feira) pelas 20:00 horas.**

Eram 00:30 horas do dia 02 de Janeiro de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)